



Relatório Anual

Societário e Regulatório

2017

CERES - Cooperativa de Eletrificação

Rural de Resende Ltda.

Rua Agulhas Negras 85, Montese

Resende- RJ CEP 27.541-040

CNPJ 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual 85.512.854

www.ceres.coop.br

presidência@ceres.coop.br

Índice

Relatório da Administração (Societário)	04
Demonstrações Contábeis (Societário)	20
❖ Balanço Patrimonial Societário.....	21
❖ Demonstração do Resultado do Exercício Societário	24
❖ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	29
❖ Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	32
Notas Explicativas (Societário)	34
Parecer do Conselho Fiscal Societário	73
Parecer dos Auditores Independentes Societário	74
Relatório da Administração (Regulatório)	81
Demonstrações Contábeis (Regulatório)	99
❖ Balanço Patrimonial Regulatório	100
❖ Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	103
❖ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	107
❖ Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	110
Notas Explicativas (Regulatório)	112
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório	176
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	177

Relatório da Administração 2017

(Societário)

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A Permissionária CERES, fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, tornou-se ao longo desses 48 anos, uma instituição forte e comprometida com a excelência no atendimento a seus consumidores. Presta serviços de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

Com espírito de continuidade e preservação do desenvolvimento contínuo, completamos o ano de 2017 na busca por melhores resultados na entrega do serviço ao consumidor, primando diuturnamente por uma gestão moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Aconteceu em 25 de abril de 2017 o processo da segunda revisão tarifária da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.228 e houve também o reajuste tarifário por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.360 de 19/12/2017, reajustando as tarifas constantes das Resoluções Homologatórias nº 1.946 e nº 2.024, de 1º de setembro de 2015 e de 15 de março de 2016, ficando em média reajustadas em 30,97% (trinta vírgula noventa e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Para o ano de 2018 é fato que enfrentaremos um cenário de obstáculos, no qual a CERES assume o compromisso de que não poupará esforços para permanecer fiel ao seu legado de empresa comprometida com a sociedade bem como com adequada observância ao que determina o Órgão Regulador.

Resende, 24 de abril de 2018

Moisés Ismael Maciel
Presidente

Carta do Contador

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. - CERES, comunicamos aos Senhores Associados a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Empresa, preza pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de "outros" e "diversos", e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Resende, 24 de abril de 2018

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador

CRC-RJ-094000/O-3

Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 49 anos de existência.

Em 2017, o bom desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um acréscimo de (24,66)% com relação à 2016. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 7,01 GWh (6,94 GWh em 2016). Somada, a demanda dos dois setores representa 39,14% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2017 (39,53% em 2016).

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 4.901 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 196 novas ligações com destaque 4.028 residenciais, 568 comerciais, 274 rurais, 4 industriais e 27 (poderes públicos, iluminação pública e serviço público), totalizando 4.901 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,17% superior ao de 2016.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	3.335	3.436	3.601	3.707	3.843	4028
Comercial	502	529	548	548	559	568
Industrial	5	5	4	4	4	4
Rural	267	271	275	273	273	274
Poderes Públicos	14	14	16	17	17	17
Iluminação Pública	8	8	8	8	8	9
Serviço Público	1	1	1	1	1	1
Total	4.132	4.264	4.453	4.558	4.705	4901
Varição	3,85%	3,19%	4,43%	2,36%	3,23%	4,17%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 18,47 GWh (18,00 GWh em 2016), com acréscimo de 2,62%.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial, com acréscimo de (4,31)% e (24,66)% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

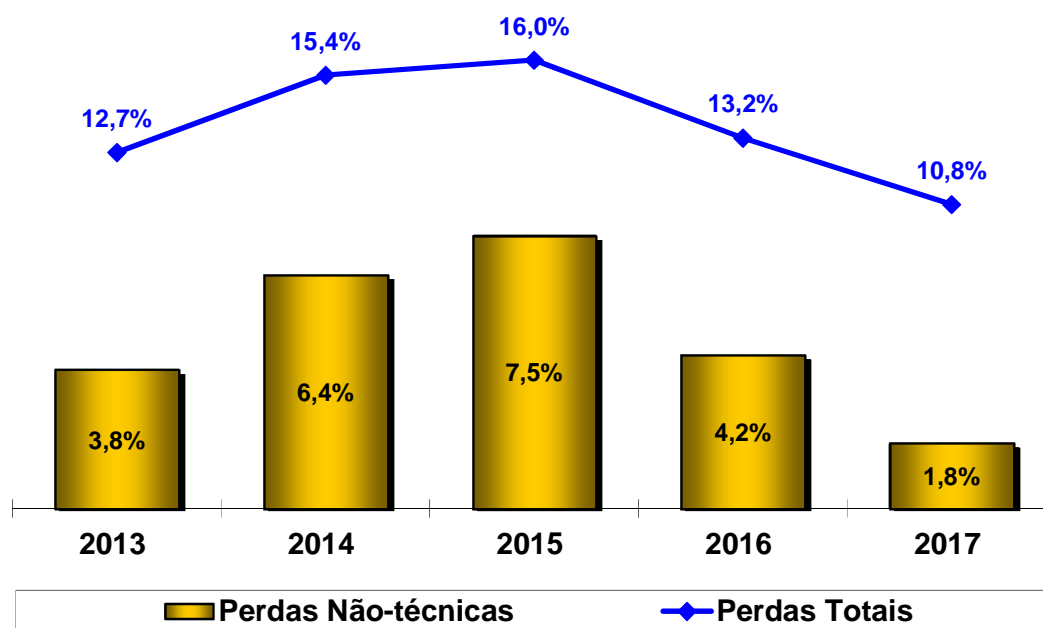
Mercado Atendido

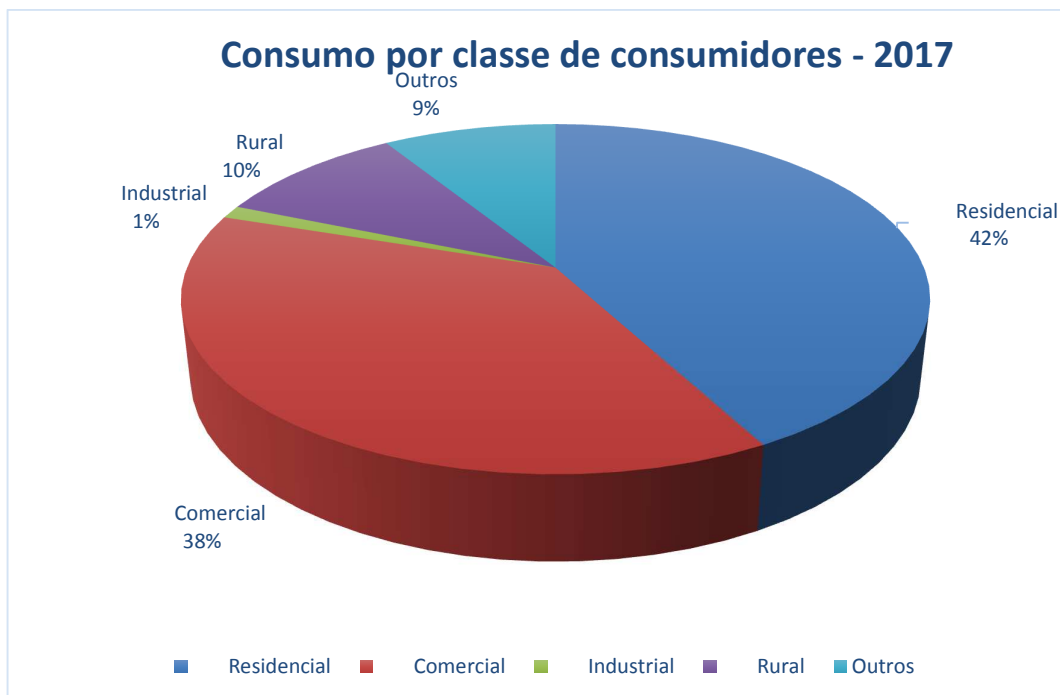
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Fornecimento	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Residencial	6,17	6,94	7,74	7,46	7,78
Comercial	6,08	6,69	7,26	6,94	7,01
Industrial	0,19	0,18	0,20	0,18	0,22
Rural	1,75	1,91	1,94	1,79	1,82
Poderes Públicos	0,11	0,14	0,13	0,11	0,11
Iluminação Pública	1,43	1,50	1,51	1,53	1,53
Serviço Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Varição	#REF!	10,34%	8,17%	-4,23%	2,62%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 0,10% em 2016 para 2017.

Balço Energético

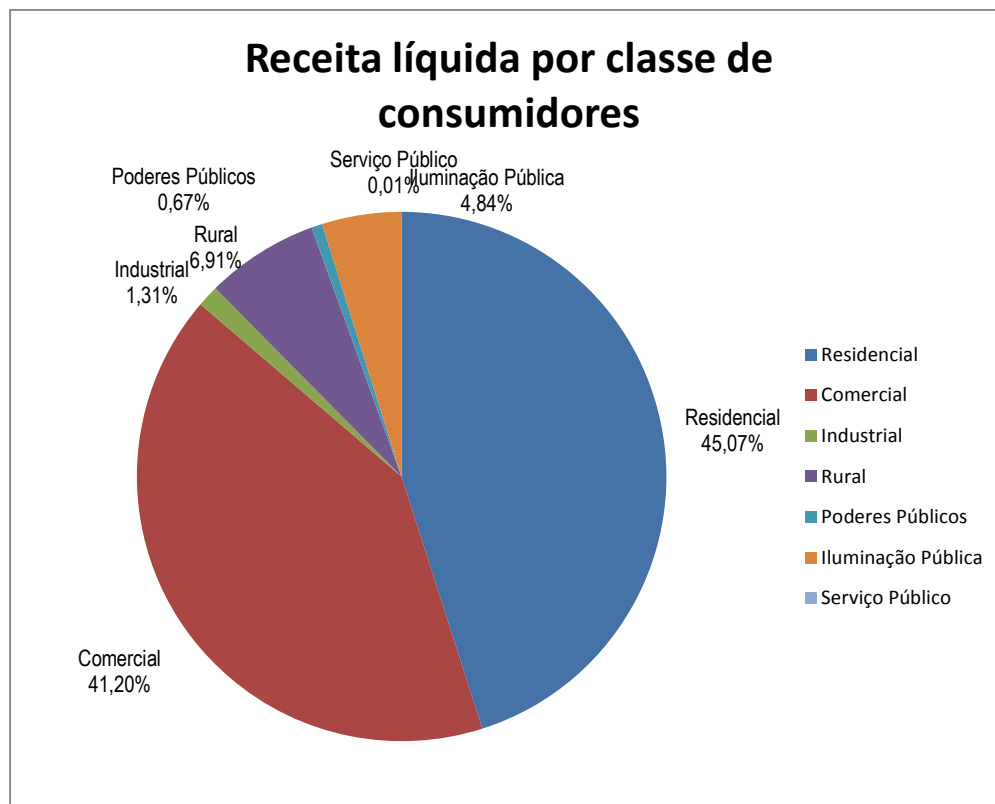
Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
- Fornecimento	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	2,28	3,17	3,57	2,73	2,24
Perdas Técnicas	1,60	1,84	1,88	1,86	1,87
Perdas não Técnicas - PNT	0,69	1,32	1,69	0,88	0,37
PNT / Energia Requerida %	3,8%	6,4%	7,5%	4,2%	1,8%
Perdas Totais - PT	2,28	3,17	3,57	2,73	2,24
PT / Energia Requerida %	12,7%	15,4%	16,0%	13,2%	10,8%
Total	18,03	20,54	22,36	20,73	20,71





Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 9.709,29 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2017	2016	%
Residencial	4.376,05	3.961,45	10,47%
Comercial	3.999,97	3.692,48	8,33%
Industrial	126,80	94,30	34,46%
Rural	670,92	608,53	10,25%
Outros	535,56	473,41	39,26%
Poderes Públicos	64,68	57,65	12,20%
Iluminação Pública	469,59	414,63	13,25%
Serviço Público	1,29	1,13	13,81%
Total	9.709,29	8.830,17	9,96%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 4,17 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2017	2016	Var %
Residencial	4.028	3.843	4,81%
Comercial	568	559	1,61%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	274	273	0,37%
Outros	27	26	12,50%
Poderes Públicos	17	17	0,00%
Iluminação Pública	9	8	12,50%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	4.901	4.705	4,17%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 450,98 /MWh, com aumento de 0,59% em relação a dezembro de 2016.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.360 de 19/12/2017, As tarifas de aplicação da Ceres, constantes das Resoluções Homologatórias nº 1.946 e nº 2.024, de 1º de setembro de 2015 e de 15 de março de 2016, respectivamente, ficam em média reajustadas em 30,97% (trinta vírgula noventa e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	530,60
Comercial	504,34
Industrial	537,00
Rural	318,72

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,17119	0,24065	0,32077	0,38801

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94
2016	24,18	10,03	1,93
2017	48,25	18,24	1,84

Atendimento ao consumidor - A CERES, no ano de 2017, reabriu a agência de atendimento do Penedo, no município de Itatiaia, RJ, que representava em 12/2017 o equivalente a 69,59% dos seus consumidores, onde os consumidores poderão efetuar todo os tipos de atendimentos como ligações novas, solicitações diversas, reclamações, críticas, elogios e outros, etc. Esta reabertura com o remanejamento de parte da equipe de Resende para Itatiaia, permitiu uma maior integração entre os colaboradores, com redução do tempo de atendimento devido à proximidade com o almoxarifado e a unificação do ponto de partida das equipes de operação e manutenção de redes.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Quando o assunto é Tecnologia da Informação e Comunicação, estamos falando de uma área essencial, envolvida com grande parte dos processos. O compromisso estabelecido em anos anteriores de melhoria em transparência, infraestrutura e comunicação permanece.

No momento a Companhia busca estabelecer e monitorar indicadores de desempenho para o atendimento de chamados em vista de uma ampliação do atual Sistema. Foi iniciado um projeto para automatização em sua infraestrutura de call center e será implantado em 2018.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, as sobras líquidas foram de R\$ 54,22 mil, contra perdas líquidas de R\$ (626,29) mil em 2016, um aumento de 108,66%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 63,79 mil

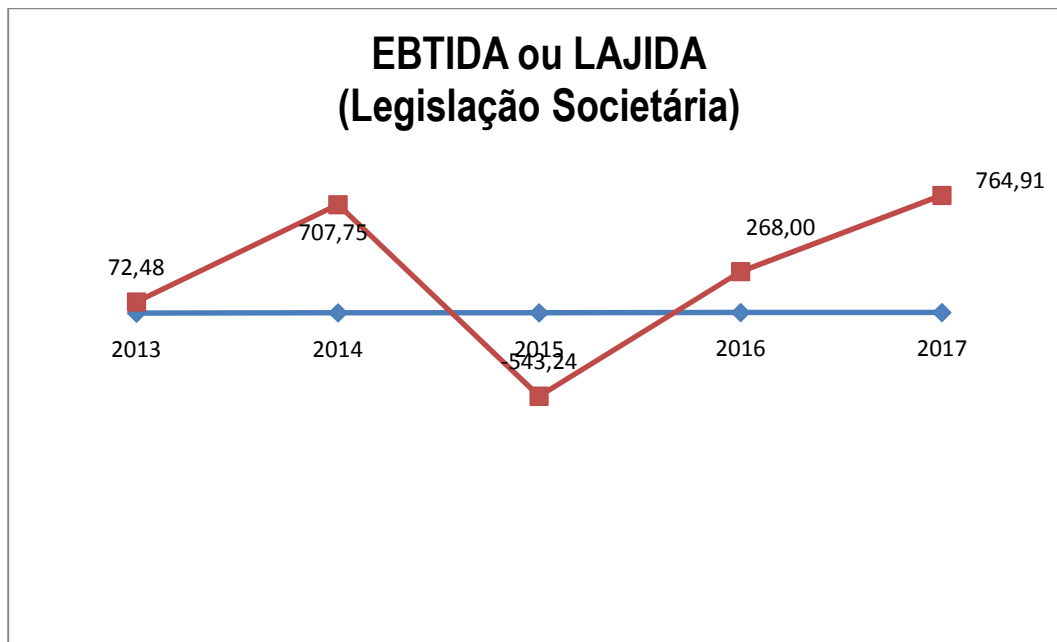
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ (152,88) mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ (267,04) mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 8.903,71, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 10.824,74 mil.

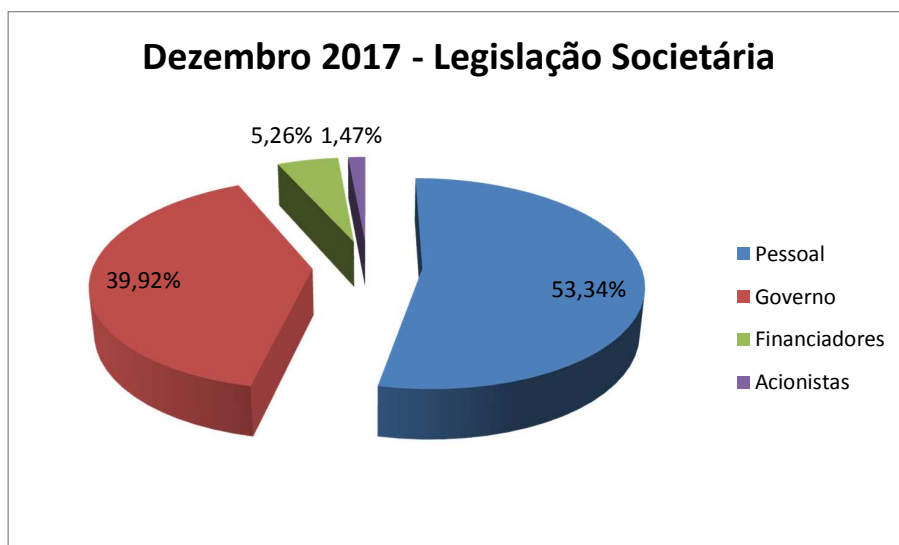
As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 7.610,55 mil, 23,74% inferiores em relação à 2016, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um decréscimo de 23,71% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 9,85% contra (1.375,31)% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 764,91 mil, superior em 185,41% a 2016, que foi de R\$ 268,00 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 681,48 mil, 32,56% superiores em relação à 2016, dos quais R\$ 681,48 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 2.511,65 mil.

Valor adicionado regulatório: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 5.383,68 mil, representando 53,78% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,81 mil, composto por 63.812 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus

cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2017 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2017 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2017	2016	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.901	4.705	4,17%
Número de empregados	40	42	-4,76%
Número de consumidores por empregado	123	112	9,40%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	2	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	274,00	274,00	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	9,48	7,24	30,94%
Distribuição direta (GWh)	18,47	18,00	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	648.380	621.617	4,31%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	450,98	448,32	0,59%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	530,60	531,07	-0,09%
Comercial	504,34	502,28	0,41%
Industrial	537,00	533,08	0,74%
Rural	318,72	317,27	0,46%
Suprimento	40,27	37,52	0,00%
DEC (horas)	48,25	24,18	99,55%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	15,48	14,92	3,73%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,13	3,9	5,85%
FEC (número de interrupções)	18,24	10,03	81,85%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,24	2,08	7,69%
Operacionais			

Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	434,63	413,75	5,05%
Capacidade instalada (MW)	19,08	17,47	9,21%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	10.010,89	11.939,07	-16,15%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	8.903,71	10.824,74	-17,75%
Margem operacional do serviço líquida (%)	12,44%	10,29%	20,80%
EBITDA OU LAJIDA	764,91	268,00	185,41%
Lucro líquido (R\$ mil)	63,79	-626,29	-110,19%
Lucro líquido por mil cotas	63,79	-626,29	-110,19%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	647,64	-42,44	-1626,01%
Valor patrimonial por cota R\$	647,64	-42,44	-1626,01%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,10	14,76	-99,33%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	20,59	-285,53	-107,21%
Em moeda nacional (%)	20,59	-285,53	-107,21%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	2,59	2,41	7,47%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	473,36	441,86	7,13%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	3,86	3,94	-2,03%
Retorno de ativos por unidade	0,30	0,23	30,43%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos primeiramente à DEUS, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, aos Cooperados e Consumidores, aos nossos Consultores, Auditores e a todos que direta ou indiretamente nos prestaram o devido apoio no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERES. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão do exercício de 2017 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Resende (RJ), 22 de abril de 2017.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2017

(SOCIETÁRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	4.185,48	3.179,08
Caixa e equivalentes de caixa	2,66	6,25
Consumidores	1.451,18	1.166,31
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	0,30	0,49
Tributos compensáveis	121,04	120,82
Depósitos judiciais e cauções	-	455,03
Almoxarifado operacional	99,82	101,72
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.199,76	984,79
Despesas pagas antecipadamente	18,60	20,82
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.292,12	322,85
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	9.798,93	8.896,58
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	139,60	138,10
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	1,58	7,91
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	5.918,62	5.240,46
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,35	0,26
Imobilizado	446,72	490,50
Intangível	3.292,06	3.019,35

Total do ativo	13.984,41	12.075,66
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	5.581,08	6.901,38
Fornecedores	1.699,03	2.942,25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	730,39	780,87
Obrigações sociais e trabalhistas	857,36	792,32
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	631,54	556,18
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	361,03	260,23
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	532,00	858,42
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	769,72	711,11
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	7.755,69	5.216,73
Fornecedores	2.199,71	7,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures	247,86	861,04
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	3.735,22	3.459,30
Provisão para litígios	91,78	87,91
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	450,96	450,96
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.030,16	349,61

Total do passivo	13.336,78	12.118,11
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	647,64	(42,45)
Capital social	63,81	63,81
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	(292,21)
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	529,60	520,03
Sobras à disposição da Assembleia	54,22	(334,08)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	647,64	(42,45)
------------------------------------	---------------	----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	13.984,41	12.075,66
---	------------------	------------------

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	10.010,89	11.939,07
Fornecimento de energia elétrica	968,38	613,72
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.700,63	8.401,87
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(274,49)	(81,98)
Serviços cobráveis	45,05	43,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	330,43	315,36
Outras receitas	240,89	2.646,67
Tributos	(106,23)	(86,94)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(18,86)	(15,42)
Cofins	(87,37)	(71,52)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.000,94)	(1.027,40)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(11,94)	(42,44)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(14,45)	(42,44)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(543,50)	(733,12)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(28,59)	(28,06)
Outros encargos	(402,46)	(181,34)

Receita líquida / Ingresso líquido	8.903,71	10.824,73
---	-----------------	------------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.277,83)	(2.879,47)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.277,83)	(2.879,47)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.625,88	7.945,26
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.513,97)	(7.133,35)
Pessoal e administradores	(3.607,47)	(3.338,95)
Material	(341,94)	(285,66)
Serviços de terceiros	(635,61)	(783,52)
Arrendamento e aluguéis	(228,14)	(143,50)
Seguros	(0,71)	(4,11)
Doações, contribuições e subvenções	(18,51)	(11,17)
Provisões	9,77	(99,51)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	56,33	154,50
Tributos	(23,48)	(20,08)
Depreciação e amortização	(282,63)	(276,14)
Gastos diversos	(260,33)	(2.291,50)

Outras Receitas Operacionais	14,85	207,77
Outras Despesas Operacionais	(196,09)	(241,48)
Resultado da Atividade	1.111,92	811,91
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(1.048,12)	(1.393,40)
Despesas financeiras	(1.279,34)	(1.520,78)
Receitas financeiras	231,22	127,38
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	63,79	(581,49)
Despesa com impostos sobre os lucros		(44,80)
Resultado líquido das operações em continuidade	63,79	(626,29)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	1,00	(9,81)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	1,00	(9,81)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
--	---	---

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2017	2016
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-

Acionistas Não Controladores	-	-
------------------------------	---	---

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63,81	-	-	-	-	922,13	(1.004,48)	-	(18,54)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	602,38	-	602,38

Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(292,21)	-	-	-	(292,21)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(334,08)	-	(334,08)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(402,10)	402,10	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	63,81	-	-	-	(292,21)	520,03	(334,08)	-	(42,45)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	292,21	-	334,08	-	626,29
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	54,22	-	54,22
Reserva legal	-	-	-	-	-	6,38	-	-	6,38
FATES	-	-	-	-	-	3,19	-	-	3,19
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63,81	-	-	-	-	529,60	54,22	-	647,63

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31
 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)
 (Método Direto)

Notas	Notas	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		1.243,47	1.620,60
1	Fornecimento de Energia	9.094,93	8.933,51
2	Suprimento de Energia	-	-
3	TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
4	Suprimento a Concessionárias	-	-
5	Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
6	Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
7	Repasso do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	-	389,85
8	Outros Recebimentos Operacionais	201,89	344,28
9	Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.852,47)	(1.504,28)
10	Fornecedores - Energia Elétrica	(1.611,21)	(2.277,67)
11	Salários e Encargos Sociais	(2.705,63)	(2.634,81)
12	Tributos sobre a Receita - Federais	(254,85)	(177,40)
13	Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(30,57)	(165,54)
14	Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(44,80)	-
15	Encargos de Transmissão	-	-
16	Demais Encargos Regulatórios	(879,28)	(809,92)
17	Outras Despesas Operacionais	(674,54)	(477,42)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(165,21)	(148,75)
18	Aquisição de Participações Societárias	-	-
19	Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
20	Investimentos	-	-

2	Imobilizado	(167,24)	(163,24)
1			
2	Intangível	-	-
2			
2	Participação Financeira do Consumidor	-	-
3			
2	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
4			
2	Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
5			
2	Proventos Recebidos	2,03	14,49
6			
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.078,26	1.471,85
	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.081,85)	(1.488,64)
2	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.241,09	729,64
7			
2	Empréstimos e Financiamentos Pagos	(2.322,94)	(2.218,28)
8			
2	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos		
9			
3	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
0			
3	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
1			
3	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
2			
3	Integralização de Capital		
3			
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3,59)	(16,79)
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3,59)	(16,79)
	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3,59)	(16,79)
	No início do exercício	6,25	23,04
	No fim do exercício	2,66	6,25

NOTAS EXPLICATIVAS

2017

(SOCIETÁRIO)

CERES

Notas Explicativas Societárias
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS:

CERES – COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira

1. Contexto Operacional

A CERES é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2. Das Permissões

A CERES detém concessão válida até o ano de 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica na área de concessão compreendida nos municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conforme contrato de Concessão No 010/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2017), 4.901 consumidores divididos em 78,94% de consumidores urbanos e 21,06% de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 20/06/2028.

Conforme MP 466, foi emendado o art. 23 da lei 9074/1995 o seguinte texto: “§ 3o As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural pelo prazo de até 30(trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4357/2017.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 3.292,06 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 2.650,21 mil.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;

2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERES, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2017, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 1.199,76 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 532,00 R\$/MIL

4. Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CERES não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de maio/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido.**

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2017 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado.**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações.**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5. Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária não possui o montante de Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários em 2017, conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2017	2016
				0,00	0,00
Total				0,00	0,00

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2017 e 2016, estão assim elencados, a seguir:

Consumidores	Legislação societária	
	2017	2016

Faturados	1927,52	1648,78
Não faturados	91,64	83,22
(-) PCLD	(638,08)	(632,40)
Subtotal	1.381,08	1.099,60
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do MAE		
	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00
Total	1.381,08	1.099,60

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2017	2016	2017	2016
Residencial	429,87	115,47	69,76	615,10	(71,92)	(69,78)	543,18	447,85
Industrial	14,93	-	-	14,93	-	-	14,93	10,08
Comércio, Serviços e Outras Atividades	426,63	97,23	94,12	617,98	(75,52)	(86,87)	542,46	444,74
Rural	63,96	7,14	6,32	77,42	(5,56)	(5,03)	71,86	59,46
Poder Público	5,88	8,96	6,03	20,87	(6,17)	(6,03)	14,70	5,83
Federal	-	-	-	-	-	0,00	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	0,00	-	-
Municipal	5,88	8,96	6,03	20,87	-6,17	-6,03	14,70	5,83
Iluminação Pública	44,97	71,26	464,51	580,74	(478,72)	(464,51)	102,02	48,32
Serviço Público	0,11	0,20	0,18	0,49	(0,18)	-0,18	0,31	0,09
Renda não Faturada	91,64	-	-	91,64	-	0,00	91,64	83,22
Atualização Regime Competência	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	1.077,99	300,26	640,92	2.019,17	(638,08)	(632,40)	1.381,09	1.099,60
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.077,99	300,26	640,92	2.019,17	(638,08)	(632,40)	1.381,09	1.099,60

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

- A Provisão para Devedores Duvidosos em 2017 (R\$ 638,08/reais mil) aumentou em 0,90% em relação ao ano de 2016 (R\$ 632,40/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2017, importavam em: 324,97 R\$/MIL.

7. Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2017	2016
Em Serviço Societário	446,72	490,50
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	2.650,21	1.936,70
Ativo Intangível da Concessão	2.643,10	2.381,90
Ativo Intangível em Curso	648,96	637,45
Reavaliação Regulatória Compulsória	2.699,51	2.996,67
Sob Total	9.088,50	8.443,22
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-1.030,16	-349,61
Sub Total	-1.030,16	-349,61
Total	8.058,34	8.093,61

Ativo Imobilizado Societário	446,72	490,50
Ativo Imobilizado Regulatório	8.058,34	8.093,61

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

- Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços público conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
Intangíveis				
Em Serviço	2.852,20	-209,1	2.643,10	2.381,90
Em Curso	648,96	0,00	648,96	637,45
Total	3.501,16	-209,10	3.292,06	3.019,35

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2017, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	984,79	872,31	(70,58)	0,04	(586,80)	1.199,76

Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	349,35	66,36	(3,42)	0,04	(374,68)	37,65
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	458,67	91,73	(45,87)	-	-	504,53
Outros	176,77	714,22	(21,29)	-	(212,12)	657,58
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-

Total Ativos Financeiros Setoriais	984,79	872,31	(70,58)	0,04	(586,80)	1.199,76
---	---------------	---------------	----------------	-------------	-----------------	-----------------

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transfêrências	Saldo em 31/12/2017
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	858,42	1.049,80	(48,36)	2,52	(1.330,38)	532,00
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	329,58	864,05	(34,87)	1,02	(776,15)	383,63
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	528,84	185,75	(13,49)	1,50	(554,23)	148,37

Total Passivos Financeiros Setoriais	858,42	1.049,80	(48,36)	2,52	(1.330,38)	532,00
---	---------------	-----------------	----------------	-------------	-------------------	---------------

9. Fornecedores

	Legislação societária	
	2017	2016
Ampla Energia e Serviços S. A.	1.546,67	2.777,17
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	1.546,66	2.777,17
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	152,37	165,08
Sub Total - Materiais e Serviços	152,37	165,08
Total	1.699,03	2.942,25

10. Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo			Total 2017	Total 2016
	Circulante Principal	Encargos	Prazo Principal		
Moeda estrangeira	0	0	0	0	0
Sub Total	0	0	0	0	0
Moeda Nacional					
Parcelamento Banco Itaú	110,78	-63,05	11,93	59,67	107,4
Empréstimo Capital de Giro 8330 – Banco Santander	256,86	-66,06	60,26	251,06	380,54
Empréstimo SICRED Vanguarda PR/SP/RJ (B67930327-6)	100,81	-27,31	0	73,5	147
Empréstimo Giro Bonificado 6630 - Banco Santander	0	0	0	0	86,41
Cheque Especial Banco Santander - C/C 13.000617-4	0	0	0	0	142,6
Empréstimo Banco Sicredi Vanguarda Pr/Sp/Rj (B57530161)	460,77	-159,62	175,66	476,8	777,94
Total	929,22	-316,04	247,85	861,03	1.641,89

11. Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2017 e 2016.

	Legislação societária	
	2017	2016
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,87	2,34
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	40,29	55,29
Bandeiras Tarifárias	131,44	21,65
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	145,22	140,95
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	41,21	39,99
Total	361,03	260,22

12. Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERES não possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERES no exercício de 2017 e anteriores.

14. Provisões para Contingências

Contingência	2017			2016		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	52,45	52,45	-8,35	52,45	52,45
Subtotal	0,00	52,45	52,45	(8,35)	52,45	52,45
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	3,87	33,84	33,84	-6,85	29,97	29,97
Subtotal	3,87	33,84	33,84	-6,85	29,97	29,97
Outros						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Subtotal	0,00	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3,87	91,79	91,79	(9,70)	87,92	87,92

- **Contingências Trabalhistas**

Não ocorreram provisões de contingências trabalhista no exercício de 2017 permanecendo o saldo de R\$ 52,45 mil.

- **Contingências Fiscais**

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2017.

- **Contingências Cíveis**

Ocorreram provisões no exercício de R\$ 3,93 mil e baixas valor de R\$ 0,06 mil e saldo de R\$ 33,84 mil.

- **Outras Contingências**

Não ocorreram outras provisões no exercício de 2017 permanecendo o saldo de R\$ 5,50 mil.

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63,81 (Reais/mil), composto conforme quadro a seguir, vejamos:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2017		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Walbia Ferreira da Luz	1	0,01%
Magno Lopes Pestana	5	0,04%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	2	0,02%
José Fernando de Faria	1	0,01%
Sub total	15	0,13%
CONSELHO FISCAL 2017		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
José Luiz de Almeida	2	0,02%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Agnaldo Timóteo da Conceição Santana	2	0,02%
Hermes Lima Klug	3	0,03%
Luciano Moreira da Silva	3	0,03%

Denilson Tavares	2	0,02%
Sub Total	16	0,14%
DEMAIS COOPERADOS 2016		
Demais Cooperados Totalizando 2.795 Cotistas	11.769	99,74%
Total geral	11.800	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	<u>Legislação societária</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total da Reserva de Capital	0,00	0,00

Reservas de Sobras

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva legal	6,38	0,00
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	523,22	520,03
Reservas Estatutárias	0,00	0,00
	529,60	520,03
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	-292,21
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	54,22	-334,08
Capital social	63,81	63,81
Sub Total	118,03	(562,48)
Total do Patrimônio Líquido	647,63	-42,45

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2017 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2017 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio e capitalização das sobras.

17. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	4.901	4.705	18.468,17	17.995,83	9.709,29	9.133,56
Residencial	4.028	3.843	7.780,57	7.459,40	4.376,05	4.072,01
Industrial	4	4	220,51	176,89	126,80	98,23
Comercial	568	559	7.008,12	6.937,58	3.999,97	3.820,46
Rural	274	273	1.816,52	1.786,22	670,92	636,38
Poder público	17	17	111,56	108,14	64,68	60,78
Iluminação pública	9	8	1.528,30	1.525,11	469,58	444,51
Serviço público	1	1	2,59	2,49	1,29	1,19
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	8.700,63	8.401,87

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2017 e 2016 a CERES não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2017	2016	Reais Mil	
	2017	2016	2017	2016
Ampla Energia e Serviços S/A	18.311,53	18.209,79	2.132,53	2.737,32
PROINFA	622,74	348,25	145,30	142,15
Total	18.934,27	18.558,04	2.277,83	2.879,47

20. Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação societária		Legislação societária	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Despesas Com vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0	0	1.778,64	1.672,60	0	0
Encargos Sociais	0	0	816,18	701,9	0	0
Auxílio alimentação	0	0	91,08	54,87	0	0
Indenizações (Rescisões)	0	0	39,39	21,28	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0	0	0
(-) Transferências para imobilização em curso	0	0	-25,17	-8,55	0	0
Auxílio estudante	0	0	6,88	0	0	0
Outros benefícios	0	0	229,45	233,36	0	0
Total Pessoal	0	0	2.936,45	2.675,46	0	0
Material	0	0	341,94	285,66	0	0
Serviços de Terceiros	0	0	635,61	783,52	0	0
Arrendam. e Aluguéis	0	0	228,14	143,5	0	0
Deprec. e Amortização	0	0	282,63	276,14	0	0
Provisões	0	0	-9,77	99,51	0	0
Provisões (PDD)	0	0	-13,7	79,11	0	0
Outras provisões	0	0	3,93	20,4	0	0
Outras						
Energia comprada para revenda	0	0	2.277,83	2.879,47	0	0
Taxa de fiscalização	0	0	0	0	0	0

Tributos	0	0	23,48	20,08	0	0
Outras	0	0	894,24	2.815,77	0	0
Total Outras	0	0	3.195,55	5.715,32	0	0
Total Geral	0	0	7.610,55	9.979,11	0	0

21. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária						
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2017	2016
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	1.279,34	0,00	0,00	1.279,34	1.520,78
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.279,34	0,00	0,00	1.279,34	1.520,78
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.279,34	0,00	0,00	1.279,34	1.520,78

22. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2017	2016
Sobras (Perdas) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(152,87)	1.472,91
Ajustes Lalur	(114,17)	(1.286,24)
Base de Calculo Fiscal	(267,04)	186,67
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	0,00	-44,80
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	0,00	-44,80

23. Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2017.

24. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERES como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e Vale Alimentação.

25. Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2017 e 2016. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

legislação societária

	2017	2016
Remuneração	557,99	549,72
Encargos	111,6	109,94
Total	669,58	659,66

26. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2017 e 2016.

27. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

A CERES aderiu aos seguintes parcelamentos de INSS:

- Parcelamento Simplificado INSS-RFB 2017

Valor: R\$ 158,98

- Parcelamento Previdenciário - 19/09/2017

Valor: R\$ 258,89

28. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Vlr segurado	Prêmio
Seguro Capital de Giro	24/03/2016 a 24/03/2019	439,44	18,98

29. Eventos Subsequentes

29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.4 – 2016.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre, assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B” regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,
- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por migrar sua Revisão Tarifária Periódica, mormente à Parcela B, para a nova regulamentação pelo módulo PRORET 8.4.

Vale salientar que, nesta modalidade tarifária, existe um teto regulatório, que foi resultante da Primeira Revisão Tarifária realizada pela regulamentação PRORET 8.1, devidamente atualizada, e, com possibilidade de autonomia na ordem de 20%.

Ainda nesta linha, ao aderir à nova regulamentação, deixou de existir a chamada “Bolha Financeira”, que nos permitiu estornar os efeitos remanescentes de 2012, e, assim, auxiliar nossa Permissionária a reestabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.

29.2) Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme

determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2017:

Limites Regulatórios: DEC: 28 FEC 13

Realizado: DEC 48,25 e FEC 18,24

Para o ano de 2018, nossos limites Regulatórios são:

DEC 27 FEC 12

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2017, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Mantém convênios com Planos de Saúde e Odontológicos.

Responsabilidade Social

Alimentação: A CERES distribui mensalmente um vale alimentação para todos os funcionários.

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.						
CNPJ no 31.465.487/0001-01						
Demonstração do Balanço Social - 2017 e 2016						
(Valores expressos em R\$/Mil)						
	2017			2016		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			8.903,71			10.824,74
Lucro Operacional (LO)			1111,92			811,92
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.607,47			3.338,95
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL

Alimentação - Auxílio alimentação e outros	91,09	2,53%	1,02%	54,87	1,52%	0,62%
Encargos sociais compulsórios Entidade de previdência privada	927,78	25,72%	10,42%	820,84	22,75%	9,22%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	119,24	3,31%	1,34%	107,91	2,99%	1,21%
Educação - Auxílio educação Capacitação e desenvolvimento profissional	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	2,80	0,08%	0,03%
Participação nos resultados Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	41,06	1,14%	0,46%	43,73	1,21%	0,49%
	53,26	1,48%	0,60%	60,60	1,68%	0,68%
Total	1.232,43	34,16%	13,84%	1.090,75	30,24%	12,25%
			% sobre			% sobre

3 - Indicadores sociais externos

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	18,51	1,66%	0,21%	11,17	1,00%	0,13%
Total de contribuições para a sociedade	18,51	1,66%	0,21%	11,17	1,00%	0,13%
Tributos - excluídos encargos sociais	129,71	11,67%	1,46%	107,02	9,62%	1,20%
Total	148,22	13,33%	1,66%	118,19	10,63%	1,33%
			% sobre			% sobre

4 - Indicadores ambientais

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	em	em
	unidades	unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	40	42
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	4	5
Ensino médio	29	30
Ensino fundamental	7	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6	7
De 30 até 45 anos (exclusive)	11	16
Acima de 45 anos	23	19
Admissões durante o período	4	1
Mulheres que trabalham na empresa	17	17
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	11,76	5,88
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	66,66	50,00
Negros que trabalham na empresa	8	10
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0	20
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0,00	33,33
Portadores de deficiência física		
Dependentes	76	76
Estagiários		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,18	7,92
Maior remuneração	9,06	8,48
Menor remuneração	1,26	1,07
Acidentes de trabalho	1	2

31. Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERES, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, sendo que, ao término do exercício de 2017, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 8.903,71 (Reais/mil), inferior ao ano anterior em -17,75 % que foi de R\$ 10.824,74 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2017 foram de 4.901, já em 2016 foi de 4.705 ocasionando um aumento de 4,17% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2017 importou em R\$ 2.936,45 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.675,46 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 9,75% em relação ao ano anterior.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2017, importou em R\$ (1.048,12) (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2016, houve um Resultado Financeiro R\$ (1.393,40) (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2017	2016
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	0,75	0,46
Seca	(AC - E) / PC	R\$	0,73	0,45
Absoluta	AD / PC	R\$	0,00	0,00
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	1,05	1,00

2. Lucratividade

Bruta s/ Vendas	$(LB / VB) \times 100$	%	0,64	-4,87
Operacional s/ Vendas	$(LO / VB) \times 100$	%	11,11	6,80
Líquida s/ Vendas	$(LL / VB) \times 100$	%	0,64	-5,25
Líquida s/ Capital	$(LL / CS) \times 100$	%	99,97	-981,49
Líquida s/ Patrimônio Líquido	$(LL / PL) \times 100$	%	9,85	1475,71
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL / AT) \times 100$	%	0,46	-5,19
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	95,37	100,35
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	4,63	-0,35
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	26,74	29,07
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	700,08	768,69
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	5859,24	5500,47
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	-1,40	-3,72

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos Fiscais

Período Apurado	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2017	IRF a Compensar	5,49	-	5,49
31/12/2017	Contribuição Social Lucro Líquido a Compensar	6,20	-	6,20
31/12/2017	Refis a Recuperar	103,43	-	103,43
31/12/2017	PIS a Compensar	0,44	-	0,44
31/12/2017	COFINS a Compensar	2,05	-	2,05
31/12/2017	FGTS a compensar (Pago a Maior)	0,06	-	0,06
31/12/2017	INSS a compensar (Pago a Maior)	3,27	-	3,27
31/12/2017	ISS a Compensar	0,04	-	0,04
31/12/2017	PIS s/ salários a compensar (Pago a Maior)	0,01	-	0,01
Total Geral				120,99

A CERES possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33. Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERES, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido feito o serviço de "Poda de Árvores" que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

34. Energia Livre

A CERES, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Ampla Energia e Serviços S. A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35. ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores classificados na classe Residencial Baixa Renda.

36. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2017 na CERES

37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo - Fato Relevante

Aconteceu em 25 de abril de 2017 o processo da segunda revisão tarifária da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.228 e houve também o reajuste tarifário por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.360 de 19/12/2017, reajustando as tarifas constantes das Resoluções Homologatórias nº 1.946 e nº 2.024, de 1º de setembro de 2015 e de 15 de março de 2016, ficando em média reajustadas em 30,97% (trinta vírgula noventa e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

38. Ganhos Contingentes

A CERES não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

39. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2228, de 25/04/2017.

40. Reajuste Tarifário

Aconteceu em 25 de abril de 2017 o processo da segunda revisão tarifária da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.228 e houve também o reajuste tarifário por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.360 de 19/12/2017, reajustando as tarifas constantes das Resoluções Homologatórias nº 1.946 e nº 2.024, de 1º de setembro de 2015 e de 15 de março de 2016, ficando em média reajustadas em 30,97% (trinta vírgula noventa e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

41. Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2017 e anteriores.

42. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2017 e 2016 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERES vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

43. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 764,91 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2017 foram utilizados as seguintes contas:

	2017	2016
Lucro/Prejuízo Líquido	63,79	--626,29
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	418,49	573,35
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	0,00	44,80
Depreciação e Amortização	282,63	276,14
	764,91	-268,00

44. Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		4.185,48	-	4.185,48	-	4.185,48
Caixa e equivalentes de caixa		2,66	-	2,66	-	2,66
Consumidores		1.451,18	-	1.451,18	-	1.451,18
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		0,30	-	0,30	-	0,30
Tributos compensáveis		121,04	-	121,04	-	121,04
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		99,82	-	99,82	-	99,82
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		1.199,76	-	1.199,76	-	1.199,76
Despesas pagas antecipadamente		18,60	-	18,60	-	18,60
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.292,12	-	1.292,12	-	1.292,12
Ativo não circulante	12.498,44	(2.699,51)	9.798,93	-	9.798,93
Consumidores	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções	139,60	-	139,60	-	139,60
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	1,58	-	1,58	-	1,58
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	3.268,41	2.650,21	5.918,62	(2.650,21)	3.268,41
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,35	-	0,35	-	0,35
Imobilizado	9.059,92	(8.613,20)	446,72	5.913,69	6.360,41
Intangível	28,58	3.263,48	3.292,06	(3.263,48)	28,58
Total do ativo	16.683,92	(2.699,51)	13.984,41	-	13.984,41

Passivo	5.581,08	-	5.581,08	-	5.581,08
Passivo circulante	5.581,08	-	5.581,08	-	5.581,08
Fornecedores	1.699,03	-	1.699,03	-	1.699,03
Empréstimos, financiamentos e debêntures	730,39	-	730,39	-	730,39
Obrigações sociais e trabalhistas	857,36	-	857,36	-	857,36
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	631,54	-	631,54	-	631,54
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	361,03	-	361,03	-	361,03
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	532,00	-	532,00	-	532,00
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	769,72	-	769,72	-	769,72

Passivo não circulante		7.755,69	-	7.755,69	-	7.755,69
Fornecedores		2.199,71	-	2.199,71	-	2.199,71
Empréstimos, financiamentos e debêntures		247,86	-	247,86	-	247,86
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		3.735,22	-	3.735,22	-	3.735,22
Provisão para litígios		91,78	-	91,78	-	91,78
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		450,96	-	450,96	-	450,96
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.030,16	-	1.030,16	-	1.030,16
Total do passivo		13.336,78	-	13.336,78	-	13.336,78

Patrimônio líquido						
Capital social		63,81	-	63,81	-	63,81
Reservas de capital		(216,67)	216,67	-	-	-
Outros resultados abrangentes		2.699,51	(2.699,51)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		529,60	-	529,60	-	529,60
Sobras à disposição da Assembleia		270,89	(216,67)	54,22	-	54,22
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		3.347,15	(2.699,51)	647,64	-	647,64
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.683,92	(2.699,51)	13.984,41	-	13.984,41

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2017

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		9.996,49	14,40	10.010,89	-	10.010,89

Fornecimento de energia elétrica	968,38	-	968,38	-	968,38
(-) Transferências	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.700,63	-	8.700,63	-	8.700,63
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(274,49)	-	(274,49)	-	(274,49)
Serviços cobráveis	45,05	-	45,05	-	45,05
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	330,43	-	330,43	-	330,43
Outras receitas vinculadas	226,49	14,40	240,89	-	240,89
Tributos	(106,23)	-	(106,23)	-	(106,23)
ICMS	-	-	-	-	-
PIS-PASEP	(18,86)	-	(18,86)	-	(18,86)
Cofins	(87,37)	-	(87,37)	-	(87,37)
ISS	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.000,94)	-	(1.000,94)	-	(1.000,94)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(11,94)	-	(11,94)	-	(11,94)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(543,50)	-	(543,50)	-	(543,50)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(14,45)	-	(14,45)	-	(14,45)
Taxa de fiscalização	(28,59)	-	(28,59)	-	(28,59)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-
Outros encargos	(402,46)	-	(402,46)	-	(402,46)
Receita líquida / Ingresso líquido	8.889,31	14,40	8.903,71	-	8.903,71
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.277,83)	-	(2.277,83)	-	(2.277,83)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.132,53)	-	(2.132,53)	-	(2.132,53)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(145,30)	-	(145,30)	-	(145,30)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.611,48	14,40	6.625,88	-	6.625,88
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.716,23)	202,26	(5.513,97)	1,34	(5.512,63)
Pessoal e administradores (inclui 671,02 de remuneração a administradores)	(3.607,47)	-	(3.607,47)	-	(3.607,47)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(341,94)	-	(341,94)	-	(341,94)
Serviços de terceiros	(635,61)	-	(635,61)	-	(635,61)

Arrendamento e aluguéis		(228,14)	-	(228,14)	-	(228,14)
Seguros		(0,71)	-	(0,71)	-	(0,71)
Doações, contribuições e subvenções		(18,51)	-	(18,51)	-	(18,51)
Provisões		9,77	-	9,77	1,16	10,93
Recuperação de despesas		56,33	-	56,33		56,33
Tributos		(23,48)	-	(23,48)		(23,48)
Depreciação e amortização		(499,30)	216,67	(282,63)		(282,63)
Gastos diversos da atividade vinculada		(245,92)	(14,40)	(260,33)	0,18	(260,15)
Outras Receitas Operacionais		14,85	-	14,85	-	14,85
Outras Gastos Operacionais		(196,09)	-	(196,09)	-	(196,09)
Resultado da Atividade		895,25	216,67	1.111,91	1,34	1.113,25
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(1.048,12)	-	(1.048,12)	-	(1.048,12)
Despesas financeiras		(1.279,34)	-	(1.279,34)	-	(1.279,34)
Receitas financeiras		231,22	-	231,22	-	231,22
Operações com não Associados		0,00	0,00	0,00	-332,17	-332,17
Resultado de operações com não associados		-	-	-	(265,70)	(265,70)
Efeitos IFRS		-	-	-	(66,47)	(66,47)
Compensação de Prejuízos Anteriores		-	-	-	-	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(152,88)	216,67	63,79	(330,83)	(267,04)
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade		(152,88)	216,67	63,79	(330,83)	(267,04)
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		(152,88)	216,67	63,79	(330,83)	(267,04)
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		(2,40)	3,40	1,00	(5,18)	(4,19)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(2,40)	3,40	1,00	(5,18)	(4,19)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2017

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>63,81</u>	-	-	-	(292,21)	520,03	(334,08)	-	(42,45)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	292,21	-	334,08	-	626,29
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	54,22	-	54,22
Reserva legal	-	-	-	-	-	6,38	-	-	6,38
FATES	-	-	-	-	-	3,19	-	-	3,19
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63,81	-	-	-	-	529,60	54,22	-	647,63

45. Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERES realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2017, o saldo de 81,35 R\$/MIL.

	SALDO 2016	REALIZADO	RECEBIDO	TRANSFERÊNCIA	A RECEBER
DMR a Reembolsar pela CDE	6,07	13,7	-	-	19,77
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	0,05	0,16	-	-0,05	0,16
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	75,23	305,04	-	-75,23	305,04
					324,97

46. Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição (formação):

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2017
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(58,07)	6,56	(51,51)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(39,86)	6,03	(33,83)
Data de aquisição: 02/12/2016	(11,24)	0,48	(10,76)
Data de aquisição: 31/07/2017	(0,40)	0,01	(0,39)
Data de aquisição: 01/11/2017	(6,56)	0,04	(6,52)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(782,04)	27,28	(123,72)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(129,66)	18,41	(111,25)
Data de aquisição: 31/05/2016	(2,33)	0,15	(2,18)
Data de aquisição: 01/10/2016	(1,42)	0,07	(1,35)
Data de aquisição: 01/12/2016	(4,30)	0,18	(4,12)
Data de aquisição: 01/07/2017	(4,93)	0,11	(4,82)

Data de aquisição: 01/08/2017	(4,94)	0,08	(4,86)
Data de aquisição: 30/09/2017	(633,05)	8,27	(624,78)
Data de aquisição: 01/11/2017	(1,41)	0,01	(1,40)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	9,52	(58,48)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(68,00)	9,52	(58,48)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(113,17)	0,37	(112,80)
Data de aquisição: 01/12/2017	(113,17)	0,37	(112,80)
Excedente de reativos	(18,37)	0,06	(18,31)
Data de aquisição: 01/12/2017	(18,37)	0,06	(18,31)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(1.039,65)	43,79	(364,81)

47. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

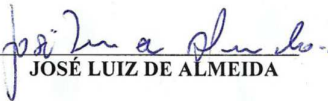
MOISÉS ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador CRC – RJ094000/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA – CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise e discussão sobre as contas referentes ao ano de 2017 levando em consideração o parecer favorável dos auditores independentes LAM AUDITORES INDEPENDENTES, relativo às Demonstrações Contábeis, opina, por unanimidade, pela aprovação das contas.

Resende, 28 de março de 2018.



JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA

AGNALDO TIMÓTEO DA CONCEIÇÃO SANTANA



JORGE VIEIRA CORREA

HERMES LIMA KLUG



LUCIANO MOREIRA DA SILVA



DENILSON TAVARES

**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES
(SOCIETÁRIO)**

SEÇÃO VI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA –
“CERES”**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Os controles analíticos do Capital Social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 63.812,00, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do Capital Social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Consequentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre o saldo do Capital Social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

A cooperativa possui perdas operacionais (resultado negativo) de exercícios anteriores, no montante de R\$ 3.184.907,58, classificados no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Resultado Positivo e Negativo de Exercícios Anteriores

Sobre o resultado positivo, chamamos atenção para o valor das sobras apuradas no exercício no montante de R\$ 54.223,86. Perdas de exercícios anteriores não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior e atual

As demonstrações contábeis do exercício 2017, de acordo com o disposto no RDC 2, foram por nós revisadas, para os fins da Tarefa de Auditoria Independente, executada, de acordo com o RDC de acordo do RDC 7.

A documentação anexa a "Cartório Registro de Imóveis em Curitiba S/A" (CRIA), da Associação Civil, de registro de atos de direito imobiliário nos 20 do Registro do RDC 2, encontra-se no processo nº 2008.0000000, com data de 14/02/2018 "não consta débito inscrito". Os lançamentos contábeis oriundos deste documento e demais fornecidos, deverão ter efeitos na competência de 2018.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL , e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de março de 2018.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" RJ

Relatório da Administração 2017

(Regulatório)

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A Aneel aprovou em 25 de abril de 2017 o processo da segunda revisão tarifária da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.228, mantendo as tarifas da Resolução Homologatória nº 1.946 de 1º de Setembro de 2015 e que haviam sido prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.024 de 15 de março de 2016. Houve também a aprovação do reajuste tarifário por meio da Resolução Homologatória nº 2.360 de 19/12/2017, correspondendo ao efeito médio de 30,97%, a ser percebido pelos consumidores da distribuidora.

O reajuste foi em função das variações dos itens de custos da Parcela A (Suprimento e Encargos Setoriais) de 50,4% e da Parcela B (Custos Operacionais, Investimentos e Reservas) de 29,4%, mais a inclusão percentual de ajustes dos componentes financeiros apurados no reajuste corrente com 1,6%, bem como da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior com percentual negativo de 7,6%.

O atraso na aplicação do reajuste tarifário de 29/04/2017 para 19/12/2017 pela Aneel, teve a motivação comprovada pela negativa do Certificado de Adimplemento das obrigações setoriais, oriundo de faturas de suprimento.

A causa principal do inadimplemento pode ser atribuída a prorrogação das tarifas de 2015, ocorrida no curso do aperfeiçoamento dos procedimentos para o Proret da Segunda Revisão Tarifária Periódica – RTP em 2016, pois a Ceres fez encaminhamento de pleito, nos moldes da nova metodologia do Proret 8.4, através do ofício nº 070 de 14/09/2016, com expectativa de alteração nas tarifas com percentual positivo da ordem de 21%, ao qual não foi atendida.

Neste contexto, apesar dos esforços da administração para a redução de custos operacionais ter sido positiva em grande parte, no sentido de buscar o enquadramento financeiro dessa permissionária às condições extremamente rígidas impostas pela modelagem do Proret da primeira revisão de 2012 e com os impactos e efeitos negativos ainda em curso, não foram logrados êxitos suficientes para manter a adimplência setorial, culminando em suspensão e aplicação com atraso do reajuste tarifário em 2017.

Moisés Ismael Maciel

Presidente

Carta do Contador

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. - CERES, comunicamos aos Senhores Associados a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Empresa, preza pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de "outros" e "diversos", e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Resende, 24 de abril de 2018

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador

CRC-RJ-094000/O-3

Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 49 anos de existência.

Em 2017, o bom desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um acréscimo de (24,66)% com relação à 2016. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 7,01 GWh (6,94 GWh em 2016). Somada, a demanda dos dois setores representa 39,14% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2017 (39,53% em 2016).

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 4.901 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 196 novas ligações com destaque 4.028 residenciais, 568 comerciais, 274 rurais, 4 industriais e 27 (poderes públicos, iluminação pública e serviço público), totalizando 4.901 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,17% superior ao de 2016.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	3.335	3.436	3.601	3.707	3.843	4028
Comercial	502	529	548	548	559	568
Industrial	5	5	4	4	4	4
Rural	267	271	275	273	273	274
Poderes Públicos	14	14	16	17	17	17
Iluminação Pública	8	8	8	8	8	9

Serviço Público	1	1	1	1	1	1
Total	4.132	4.264	4.453	4.558	4.705	4901
Varição	3,85%	3,19%	4,43%	2,36%	3,23%	4,17%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 18,47 GWh (18,00 GWh em 2016), com acréscimo de 2,62%.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial, com acréscimo de (4,31)% e (24,66)% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

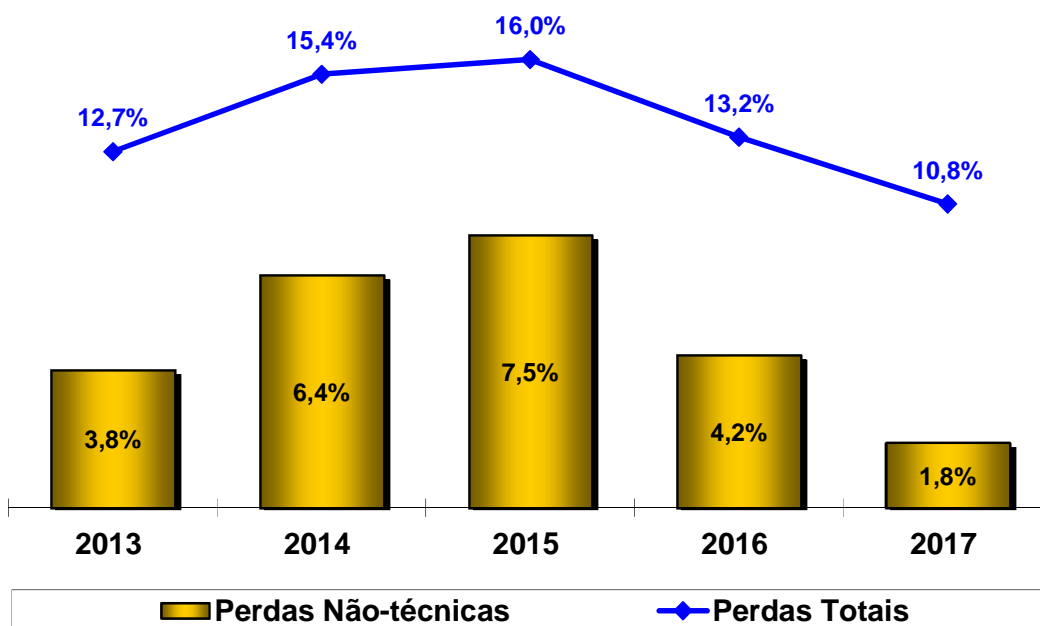
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Fornecimento	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Residencial	6,17	6,94	7,74	7,46	7,78
Comercial	6,08	6,69	7,26	6,94	7,01
Industrial	0,19	0,18	0,20	0,18	0,22
Rural	1,75	1,91	1,94	1,79	1,82
Poderes Públicos	0,11	0,14	0,13	0,11	0,11
Iluminação Pública	1,43	1,50	1,51	1,53	1,53
Serviço Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Varição	#REF!	10,34%	8,17%	-4,23%	2,62%

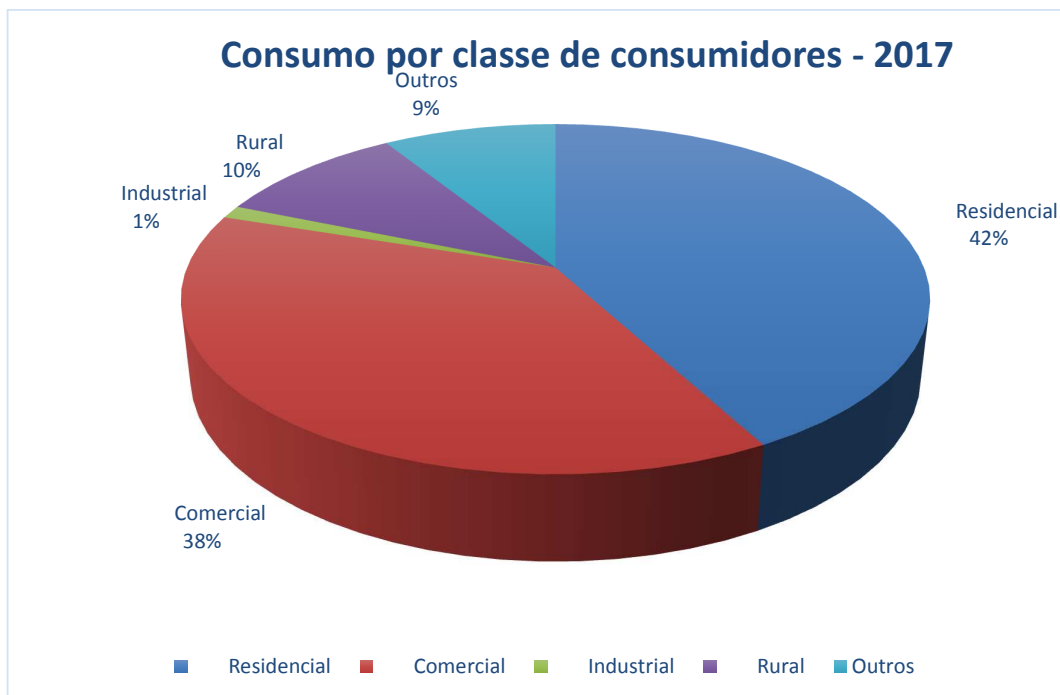
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 0,10% em 2016 para 2017.

Balanco Energético

Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
- Fornecimento	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-

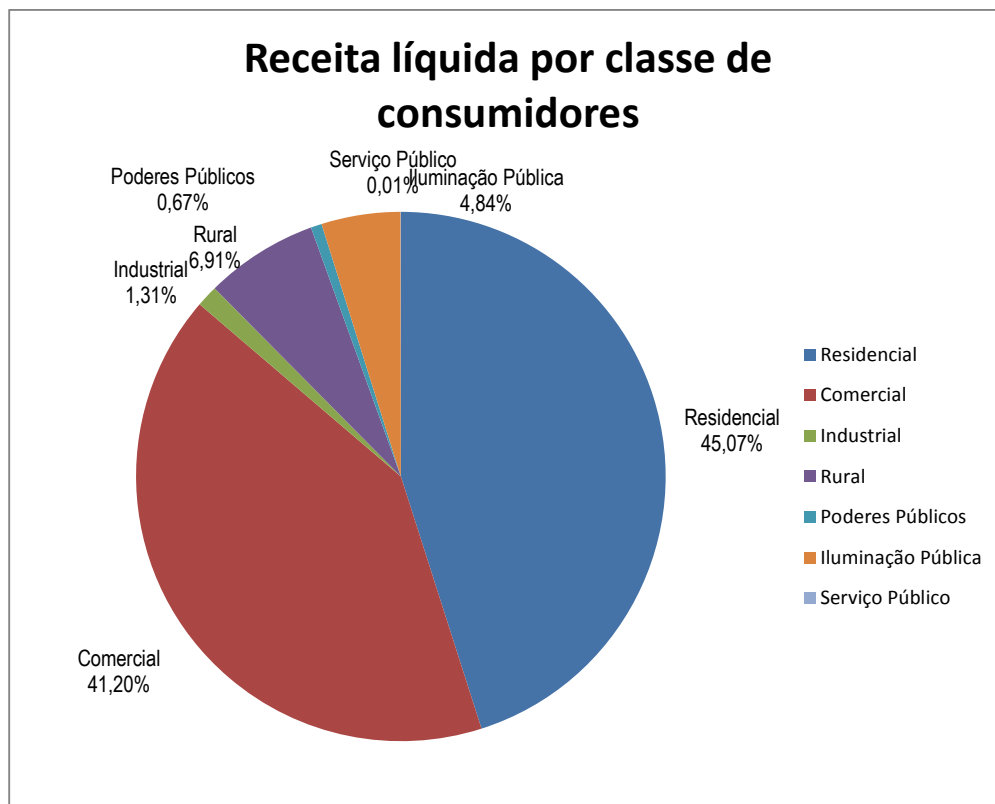
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	15,74	17,37	18,79	18,00	18,47
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas na Distribuição	2,28	3,17	3,57	2,73	2,24
Perdas Técnicas	1,60	1,84	1,88	1,86	1,87
Perdas não Técnicas - PNT	0,69	1,32	1,69	0,88	0,37
PNT / Energia Requerida %	3,8%	6,4%	7,5%	4,2%	1,8%
Perdas Totais - PT	2,28	3,17	3,57	2,73	2,24
PT / Energia Requerida %	12,7%	15,4%	16,0%	13,2%	10,8%
Total	18,03	20,54	22,36	20,73	20,71





Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 9.709,29 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2017	2016	%
Residencial	4.376,05	3.961,45	10,47%
Comercial	3.999,97	3.692,48	8,33%
Industrial	126,80	94,30	34,46%
Rural	670,92	608,53	10,25%
Outros	535,56	473,41	39,26%
Poderes Públicos	64,68	57,65	12,20%
Iluminação Pública	469,59	414,63	13,25%
Serviço Público	1,29	1,13	13,81%
Total	9.709,29	8.830,17	9,96%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 4,17 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2017	2016	Var %
Residencial	4.028	3.843	4,81%
Comercial	568	559	1,61%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	274	273	0,37%
Outros	27	26	12,50%
Poderes Públicos	17	17	0,00%
Iluminação Pública	9	8	12,50%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	4.901	4.705	4,17%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 450,98 /MWh, com aumento de 0,59% em relação a dezembro de 2016.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.360 de 19/12/2017, As tarifas de aplicação da Ceres, constantes das Resoluções Homologatórias nº 1.946 e nº 2.024, de 1º de setembro de 2015 e de 15 de março de 2016, respectivamente, ficam em média reajustadas em 30,97% (trinta vírgula noventa e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	530,60
Comercial	504,34
Industrial	537,00
Rural	318,72

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,17119	0,24065	0,32077	0,38801

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94
2016	24,18	10,03	1,93
2017	48,25	18,24	1,84

Atendimento ao consumidor - A CERES, no ano de 2017, reabriu a agência de atendimento do Penedo, no município de Itatiaia, RJ, que representava em 12/2017 o equivalente a 69,59% dos seus consumidores, onde os consumidores poderão efetuar todo os tipos de

atendimentos como ligações novas, solicitações diversas, reclamações, críticas, elogios e outros, etc. Esta reabertura com o remanejamento de parte da equipe de Resende para Itatiaia, permitiu uma maior integração entre os colaboradores, com redução do tempo de atendimento devido à proximidade com o almoxarifado e a unificação do ponto de partida das equipes de operação e manutenção de redes.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Quando o assunto é Tecnologia da Informação e Comunicação, estamos falando de uma área essencial, envolvida com grande parte dos processos. O compromisso estabelecido em anos anteriores de melhoria em transparência, infraestrutura e comunicação permanece.

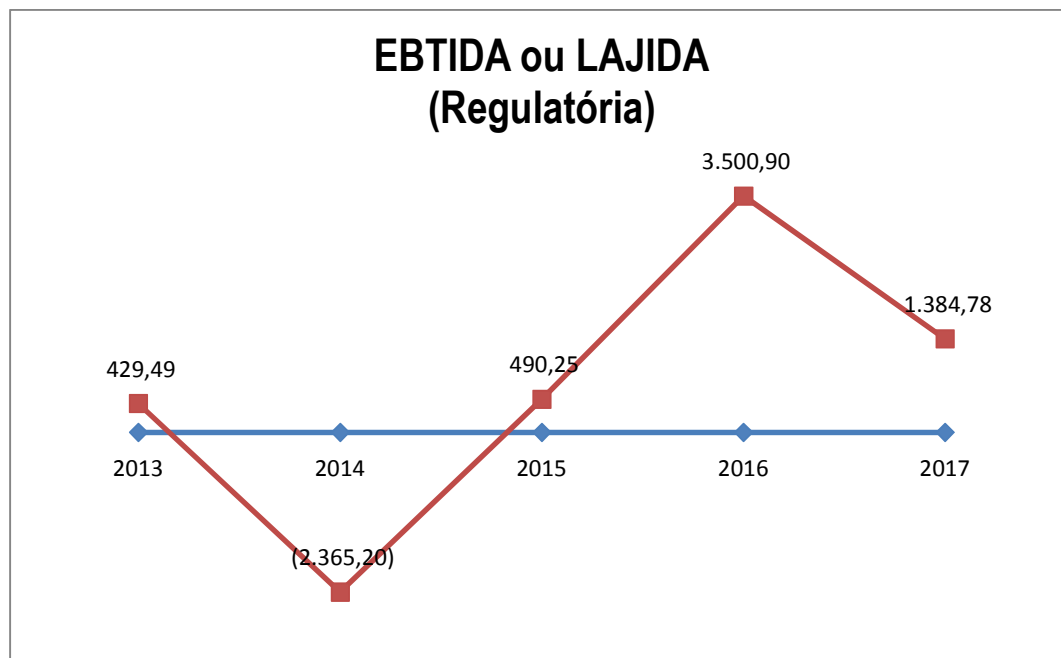
No momento a Companhia busca estabelecer e monitorar indicadores de desempenho para o atendimento de chamados em vista de uma ampliação do atual Sistema. Foi iniciado um projeto para automatização em sua infraestrutura de call center e será implantado em 2018.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, as perdas líquidas foram de R\$ (152,87) mil, contra R\$ 1.428,11 mil em 2016, uma redução de 110,70%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 8.889,31 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 10.983,49 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 7.812,82 mil, 3,35% inferiores em relação à 2016, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um decréscimo de 23,71% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (4,57%) contra 48,34% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.384,78 mil, inferior em 60,45% a 2016, que foi de R\$ 3.500,90 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 681,48 mil, 32,56% superiores em relação à 2016, dos quais R\$ 681,48 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 2.511,65 mil.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS Bruto ¹	1.204,20	514,08	681,48	613,33	552,00	496,80	447,12	402,41
Transformador de Distribuição	126,41	78,44	125,43	112,89	101,60	91,44	82,30	74,07
Medidor	58,28	81,14	78,34	70,51	63,46	57,11	51,40	46,26
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	916,93	287,40	333,67	300,30	270,27	243,24	218,92	197,03
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	102,58	67,10	144,04	129,64	116,67	105,01	94,50	85,05
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-

Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2016	681	613	552	497	447	402

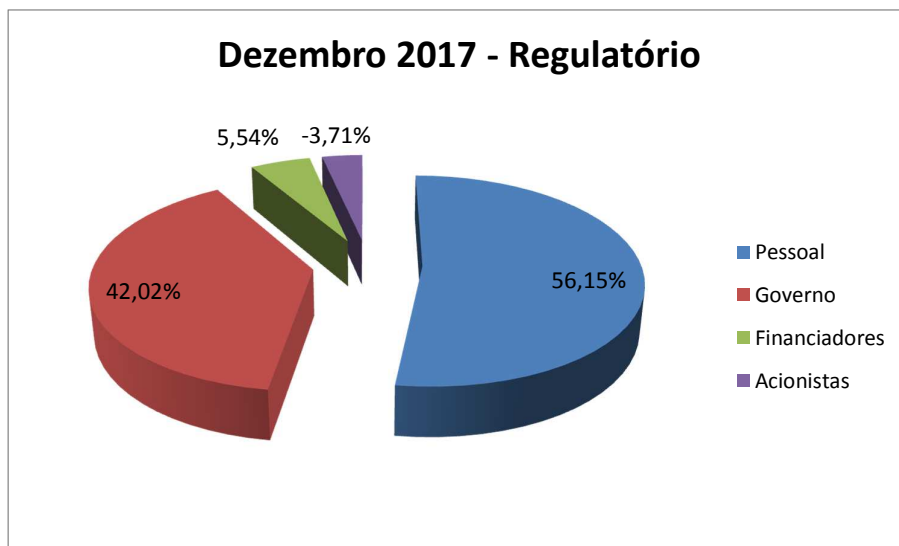
R\$ Mil	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2015	416	374	337	303	273	246

Diferença	63,8%	64,0%	63,8%	64,0%	63,8%	100,0%
-----------	-------	-------	-------	-------	-------	--------

Os principais motivos das diferenças apresentadas são:

- 2017 – Realização de obras de renovação não previstas devido a componentes avariados, bom como a realização de melhorias não previstas na Rede para garantir a qualidade do sistema, reajuste no orçamento e no preço dos materiais;
- 2018 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2019 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2020 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2021 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2022 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios.

Valor adicionado regulatório: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 5.167,01 mil, representando 51,69% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,81 mil, composto por 63.812 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2017 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2017 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2017	2016	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.901	4.705	4,17%
Número de empregados	40	42	-4,76%
Número de consumidores por empregado	123	112	9,40%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	2	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	274,00	274,00	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	9,48	7,24	30,94%
Distribuição direta (GWh)	18,47	18,00	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	648.380	621.617	4,31%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	450,98	448,32	0,59%
Total (exceto curto prazo)		0	0,00%
Residencial	530,60	531,07	-0,09%
Comercial	504,34	502,28	0,41%
Industrial	537,00	533,08	0,74%
Rural	318,72	317,27	0,46%
Suprimento	40,27	38,05	0,00%
DEC (horas)	48,25	24,18	99,55%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	15,48	14,92	3,73%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,13	3,9	5,85%
FEC (número de interrupções)	18,24	10,03	81,85%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,24	2,08	7,69%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%

Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)		0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	434,63	413,75	5,05%
Capacidade instalada (MW)	19,08	17,47	9,21%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	9.996,49	12.097,83	-17,37%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	8.889,31	10.983,49	-19,07%
Margem operacional do serviço líquida (%)	12,46%	10,15%	22,76%
EBITDA OU LAJIDA	1.384,78	3.500,90	-60,45%
Lucro líquido (R\$ mil)	-152,87	1.428,11	-110,70%
Lucro líquido por mil cotas	-152,87	1.428,11	-110,70%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	3.347,15	2.954,23	13,30%
Valor patrimonial por cota R\$	3.347,15	2.954,23	13,30%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-4,57%	48,34%	-109,45%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	398,45%	410,19%	-2,86%
Em moeda nacional (%)	398,45%	410,19%	-2,86%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	2,59	2,41	7,47%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	473,36	441,86	7,13%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	3,86	3,94	-2,03%
Retorno de ativos por unidade	0,10	0,34	-70,59%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos primeiramente à DEUS, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, aos Cooperados e Consumidores, aos nossos Consultores, Auditores e a todos que direta ou indiretamente nos prestaram o devido apoio no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERES. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão do exercício de 2017 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Resende (RJ), 22 de abril de 2017.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2017

(REGULATÓRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	4.185,48	3.179,08
Caixa e equivalentes de caixa	2,66	6,25
Consumidores	1.451,18	1.166,31
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	0,30	0,49
Tributos compensáveis	121,04	120,82
Depósitos judiciais e cauções	-	455,03
Almoxarifado operacional	99,82	101,72
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.199,76	984,79
Despesas pagas antecipadamente	18,60	20,82
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.292,12	322,85
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	12.498,44	11.893,25
Consumidores		-
Concessionárias e permissionárias		-
Serviços em curso		-
Tributos compensáveis		-
Depósitos judiciais e cauções	139,60	138,10
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	1,58	7,91
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	3.268,41	3.303,77
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,35	0,26
Imobilizado	9.059,92	8.396,41
Intangível	28,58	46,80

Total do ativo	16.683,92	15.072,33
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	5.581,08	6.901,38
Fornecedores	1.699,03	2.942,25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	730,39	780,87
Obrigações sociais e trabalhistas	857,36	792,32
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	631,54	556,18
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	361,03	260,23
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	532,00	858,42
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	769,72	711,11
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	7.755,69	5.216,73
Fornecedores	2.199,71	7,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures	247,86	861,04
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	3.735,22	3.459,30
Provisão para litígios	91,78	87,91
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	450,96	450,96
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.030,16	349,61

Total do passivo	13.336,78	12.118,11
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	3.347,15	2.954,22
Capital social	63,81	63,81
Reservas de capital	(216,67)	(224,55)
Outros resultados abrangentes	2.699,51	2.996,67
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	(292,21)
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	529,60	520,03
Sobras à disposição da Assembleia	270,89	(109,53)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	3.347,15	2.954,22
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	16.683,92	15.072,33
---	------------------	------------------

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	9.996,49	12.097,83
Fornecimento de energia elétrica	968,38	613,72
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.700,63	8.401,87
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(274,49)	(81,98)
Serviços cobráveis	45,05	43,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	330,43	315,36
Outras receitas	226,49	2.805,43
Tributos	(106,23)	(86,94)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(18,86)	(15,42)
Cofins	(87,37)	(71,52)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.000,94)	(1.027,40)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(11,94)	(42,44)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(14,45)	(42,44)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(543,50)	(733,12)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(28,59)	(28,06)

Outros encargos	(402,46)	(181,34)
-----------------	----------	----------

Receita líquida / Ingresso líquido	8.889,31	10.983,49
---	-----------------	------------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.277,83)	(2.879,47)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.277,83)	(2.879,47)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.611,48	8.104,02
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.716,23)	(5.237,71)
Pessoal e administradores	(3.607,47)	(3.338,95)
Material	(341,94)	(285,66)
Serviços de terceiros	(635,61)	(783,52)
Arrendamento e aluguéis	(228,14)	(143,50)
Seguros	(0,71)	(4,11)
Doações, contribuições e subvenções	(18,51)	(11,17)
Provisões	9,77	(99,51)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	56,33	154,50
Tributos	(23,48)	(20,08)
Depreciação e amortização	(499,30)	(500,69)
Gastos diversos	(245,92)	(171,31)
Outras Receitas Operacionais	14,85	207,77
Outras Despesas Operacionais	(196,09)	(241,48)

Resultado da Atividade	895,25	2.866,31
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(1.048,12)	(1.393,40)
Despesas financeiras	(1.279,34)	(1.520,78)
Receitas financeiras	231,22	127,38
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(152,87)	1.472,91
Despesa com impostos sobre os lucros	-	(44,80)
Resultado líquido das operações em continuidade	(152,87)	1.428,11
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	(2,40)	22,38
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(2,40)	22,38
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2017	2016
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63,81	(2.698,02)	3.319,22	-	(6,56)	922,13	(578,84)	-	1.021,74
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	602,38	-	602,38

Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-				(292,21)			-	(292,21)
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	2.473,47	(322,55)	-	6,56	-	(201,09)	-	1.956,39
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(334,08)	-	(334,08)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(402,10)	402,10	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	63,81	(224,55)	2.996,67	-	(292,21)	520,03	(109,53)	-	2.954,22
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-				292,21		334,08	-	626,29
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-							-	-
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	7,88	(297,16)				(7,88)	-	(297,16)

Destinação proposta à A.G.O.:	-						54,22	-	54,22
Reserva legal	-					6,38		-	6,38
FATES	-	-	-	-	-	3,19	-	-	3,19
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63,81	(216,67)	2.699,51	-	(0,00)	529,60	270,89	-	3.347,14

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

Notas	Notas	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.243,47	1.620,60
1 Fornecimento de Energia		9.094,93	8.933,51
2 Suprimento de Energia		-	-
3 TUSD de Consumidores Livres e Geradores		-	-
4 Suprimento a Concessionárias		-	-
5 Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo		-	-
6 Recebimento de RAP de Transmissão		-	-
7 Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		-	389,85
8 Outros Recebimentos Operacionais		201,89	344,28
9 Fornecedores - Materiais e Serviços		(1.852,47)	(1.504,28)
10 Fornecedores - Energia Elétrica		(1.611,21)	(2.277,67)
11 Salários e Encargos Sociais		(2.705,63)	(2.634,81)
12 Tributos sobre a Receita - Federais		(254,85)	(177,40)
13 Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(30,57)	(165,54)
14 Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)		(44,80)	-
15 Encargos de Transmissão		-	-
16 Demais Encargos Regulatórios		(879,28)	(809,92)
17 Outras Despesas Operacionais		(674,54)	(477,42)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(165,21)	(148,75)
18 Aquisição de Participações Societárias		-	-
19 Aportes / Aumento de Capital em Controladas		-	-
20 Investimentos		-	-
21 Imobilizado		(167,24)	(163,24)
22 Intangível		-	-
23 Participação Financeira do Consumidor		-	-
24 Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	-

25	Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
26	Proventos Recebidos	2,03	14,49
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.078,26	1.471,85
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.081,85)	(1.488,64)
27	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.241,09	729,64
28	Empréstimos e Financiamentos Pagos	(2.322,94)	(2.218,28)
29	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
30	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
31	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
32	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
33	Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3,59)	(16,79)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3,59)	(16,79)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3,59)	(16,79)
No início do exercício		6,25	23,04
No fim do exercício		2,66	6,25

NOTAS EXPLICATIVAS

2017

(REGULATÓRIO)

CERES

Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade ral

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas a declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, conforme apresentado no item 4 das notas explicativas societárias exceto ao que se estabelece abaixo.

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 02 de abril de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos

empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações

monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de

serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2017	Total 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	1.085,65	-	300,26	23,09	21,06	596,77	(639,51)	45,93	-	-	-	(12,25)	1.421,00	1.154,42
Residencial	429,87	-	115,47	3,89	7,38	58,49	(71,92)	26,78	-	-	-	(10,36)	559,60	465,55
Industrial	14,93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,93	10,08
Comercial	426,63	-	97,23	18,93	13,10	62,09	(75,52)	6,70	-	-	-	(1,89)	547,27	463,39
Rural	63,96	-	7,14	0,27	0,58	5,47	(5,56)	0,51	-	-	-	-	72,37	59,46
Poderes Públicos	5,88	-	8,96	-	-	6,03	(6,17)	-	-	-	-	-	14,70	5,83
Iluminação Pública	44,97	-	71,26	-	-	464,51	(478,72)	11,94	-	-	-	-	113,96	60,26
Serviço Público	0,11	-	0,20	-	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	0,31	0,09
Serviço Taxado	7,66	-	-	-	-	-	(1,43)	-	-	-	-	-	6,23	6,54
Fornecimento Não Faturado	91,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91,64	83,22
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.085,65	-	300,26	23,09	21,06	596,77	(639,51)	45,93	-	-	-	(12,25)	1.421,00	1.154,42

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;

2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2017 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortizações Acumuladas	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	13.778,20	1.328,37	(144,42)	-	(215,96)	14.746,19	1.183,95	(6.718,32)	8.027,87	7.357,26	-	-	-
Terrenos	101,84	-	-	-	-	101,84	-	-	101,84	101,84	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	252,56	-	-	-	-	252,56	-	(90,61)	161,95	170,36	-	-	-
Máquinas e equipamentos	12.731,36	1.328,37	(144,42)	-	(215,96)	13.699,35	1.183,95	(5.998,91)	7.700,44	6.999,15	-	-	-
Veículos	613,77	-	-	-	-	613,77	-	(566,50)	47,27	65,26	-	-	-
Móveis e utensílios	78,67	-	-	-	-	78,67	-	(62,30)	16,37	20,65	-	-	-
Administração	690,22	3,46	-	-	-	693,68	3,46	(310,60)	383,08	404,59	-	-	-

Terrenos	52,08	-	-	-	-	52,08	-	-	52,08	52,08	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	505,49	-	-	-	-	505,49	-	(202,09)	303,40	320,23	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10,47	-	-	-	-	10,47	-	(5,85)	4,62	5,76	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	122,18	3,46	-	-	-	125,64	3,46	(102,66)	22,98	26,52	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.468,42	1.331,83	(144,42)	-	(215,96)	15.439,87	1.187,41	(7.028,92)	8.410,95	7.761,85	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	630,44	2.309,39	-	(2.294,98)	-	644,85	14,41	-	644,85	630,44	-	-	-

Máquinas e equipamentos	245,51	1.371,77		(1.393,61)	-	223,67	(21,84)	-	223,67	245,51	-	-	-
Outros	384,93	937,62		(901,37)	-	421,18	36,25	-	421,18	384,93	-	-	-
Administração	4,12	3,46	-	(3,46)	-	4,12	-	-	4,12	4,12	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	4,12	3,46		(3,46)	-	4,12	-	-	4,12	4,12	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	634,56	2.312,85	-	(2.298,44)	-	648,97	14,41	-	648,97	634,56	-	-	-

Total do Ativo Imobilizado	15.102,98	3.644,68	(144,42)	(2.298,44)	(215,96)	16.088,84	1.201,82	(7.028,92)	9.059,92	8.396,41	-	-	-
-----------------------------------	------------------	-----------------	-----------------	-------------------	-----------------	------------------	-----------------	-------------------	-----------------	-----------------	----------	----------	----------

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-								

Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	2,89	-	-	(2,89)	-	-	(2,89)
Softwares	2,89	-	-	(2,89)	-	-	(2,89)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2,89	-	-	(2,89)	-	-	(2,89)

Total do Ativo Intangível	237,69	2,89	-	(2,89)	-	237,69	-	(209,11)	28,58	43,91
----------------------------------	---------------	-------------	---	---------------	---	---------------	---	-----------------	--------------	--------------

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil							
AIS Bruto	12.731,35	1.328,37	(144,42)	-	(215,95)	13.699,35	1.183,95
Transformador de Distribuição	3.035,80	222,30	(36,56)	-	(154,47)	3.067,07	185,74
Medidor	882,00	78,34	(13,55)	-	(6,49)	940,30	64,79
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.601,07	884,04	(85,58)	-	(37,48)	2.362,05	798,46

Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.212,48	143,69	(8,73)	-	(17,51)	7.329,93	134,96
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

2017				2016
Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Liquido

Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	6,68	14.746,19	(6.718,32)	8.027,87	7.357,26
Custo histórico	3,55	7.918,39	(2.590,03)	5.328,36	4.360,59
Correção monetária especial				-	-
Reavaliação	3,13	6.827,80	(4.128,29)	2.699,51	2.996,67
Administração	3,84	693,69	(310,60)	383,09	404,59
Custo histórico	3,84	693,69	(310,60)	383,09	404,59
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-

Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	648,96	-	648,96	634,56
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	644,84	-	644,84	630,44
Administração	-	4,12	-	4,12	4,12
Comercialização	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização
Terrenos	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.123,01	17,32	158,78	-	-
Móveis e Utensílios	3,46	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-

Compras em Andamento	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total das Adições	1.126,47	17,32	158,78	-	-

Observação: Para Outorgadas que tenham contabilizado reavaliação de elementos de ativos imobilizados, deve ser incluído na Nota um texto sobre a reavaliação, informando todos os detalhes pertinentes.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

Taxas Anuais de Depreciação

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Administração central	-
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CABO QUADRIplex 3X95 + 1X050mm ² NU FASE	189,53
2 - CABO QUADRIplex 95 + 70 NEUTRO NU	80,82
3 - POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 METROS 200 DAN	60,02

4 - POSTE CIRCULAR DE COCRETO 9 X 400	50,64
5 - POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 9 METROS 200 DAN	48,56
6 - POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 METROS 400 DAN	44,93
7 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 30 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	42,44
8 - POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 METROS 600 DAN	38,90
9 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 45 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	37,79
10 - CABO DE ALUMÍNIO, NÚ, BITOLA 2 AWG, MONOFÁSICO	29,48

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. LOCALIZADO NA ESTRADA PENEDO - VISCONDE DE MAUÁ. CONSTRUÇÃO COM DIVISÓRIA EM ALVENARIA	17,04
2 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. LOCALIZADO APÓS O PÓRTICO DE PENEDO COM A CONSTRUÇÃO POSSUINDO DIVISÓRIA EM ALVENARIA	17,04
3 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. LOCALIZADO NA ESTRADA PENEDO - VISCONDE DE MAUÁ. CONSTRUÇÃO COM DIVISÓRIA EM ALVENARIA	17,04
4 - CONJ. MEDICAO 15 KV CMT 15150	12,68
5 - TRANSFORMADOR DE CORRENTE 15kv - SMF	2,40

6 - TRANSFORMADOR DE CORRENTE 15kV - SMF	2,40
7 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 10 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	2,06
8 - CABO DE ALUMÍNIO, NÚ, BITOLA 2/0 AWG, MONOFÁSICO	2,06
9 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM DIMENSÕES DE 3,80x3,80x6,00 METROS, COM LAJE EM DECLIVE DE 2%, PARA REALIZAÇÃO DAS MEDIÇÕES E PROTEÇÕES DA REDE DE MÉDIA TENSÃO. LOCALIZADO PRÓXIMO AO PÓRTICO DA SERRINHA COM A CONSTRUÇÃO POSSUINDO DIVISÓRIA EM ALVENARIA, SENDO UMA O LOCAL DE MEDIÇÃO	1,88
10 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 10 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,71

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Trans-ferencias	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	984,79	872,31	(70,58)	0,04	(586,80)	1.199,76	-	1.199,76	1.199,76	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	349,35	66,36	(3,42)	0,04	(374,68)	37,65	-	37,65	37,65	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	458,67	91,73	(45,87)	-	-	504,53	-	504,53	504,53	-
Outros	176,77	714,22	(21,29)	-	(212,12)	657,58	-	657,58	657,58	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	984,79	872,31	(70,58)	0,04	(586,80)	1.199,76	-	1.199,76	1.199,76	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Trans-ferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	858,42	1.049,80	(48,36)	2,52	(1.330,38)	532,00	-	532,00	532,00	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	329,58	864,05	(34,87)	1,02	(776,15)	383,63	-	383,63	383,63	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	528,84	185,75	(13,49)	1,50	(554,23)	148,37	-	148,37	148,37	-

Total Passivos Financeiros Setoriais	858,42	1.049,80	(48,36)	2,52	(1.330,38)	532,00	-	532,00	532,00	-
--------------------------------------	--------	----------	---------	------	------------	--------	---	--------	--------	---

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pqto Juros	Frequencia Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
																2019	2020	2021	2022	2023	2024+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	186,94	543,45	247,86	978,25	-	-	-	-	171,05%	-	-	-	-	-	-	263,62	-	-	-	-	-	263,62

EMPRÉSTIMO SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ (B67930327-6)	27,31	46,19	-	73,5	Sim	09/12/2016	Não há	Diversos	35,91%	25/01/2018	Mensal	25/01/2018	25/12/2018	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
CHEQUE ESPECIAL BANCO SANTANDER - C/C 13.000617-4		117,21		117,21	Sim		Não há				Mensal			Mensal		-	-	-	-	-	-	-	-
EMPRÉSTIMO BANCO SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ (B57530161)	159,63	141,51	175,67	476,81	Sim	25/06/2015	Não há	Diversos	25,93%	05/01/2018	Mensal	05/01/2018	05/07/2019	Mensal	Price	175,67	-	-	-	-	-	-	175,67
PARCELAMENTO BANCO ITAÚ		47,74	11,93	59,67	Sim	10/03/2016	Não há	Diversos	64,80%	11/01/2018	Mensal	11/01/2018	11/03/2019	Mensal	Outro, especif. no cronograma	27,7	-	-	-	-	-	-	27,7
EMPRÉSTIMO CAPITAL DE GIRO 8330 - BANCO SANTANDER		190,8	60,26	251,06	Sim	24/03/2016	Não há	Diversos	0,44	24/01/2018	Mensal	24/01/2018	24/03/2019	Mensal	Outro, especif. no cronograma	60,26	-	-	-	-	-	-	60,26
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	586,59	3.735,22	4.321,82					-							-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	141,93	437,38	579,32					-							172,46	114,33	114,33	56,83	-	-	-	457,95

PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS-RFB 2014	-	41,62	31,21	72,83	Sim	03/10/2014	Não há	Diversos	-	31/01/2018	Mensal	31/01/2018	30/09/2019	Mensal	Outro, especif. no cronograma	38,17	-	-	-	-	-	38,17
PARCELAMENTO ESPECIAL INSS - LEI 12.996/14 - PGFN	-	7,44	81,2	88,63	Sim	22/08/2014	Não há	Diversos	-	31/01/2018	Mensal	31/01/2018	30/11/2029	Mensal	Outro, especif. no cronograma	19,96	-	-	-	-	-	19,96
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS-RFB 2017	-	37,41	121,57	158,98	Sim	04/04/2017	Não há	Diversos	-	02/01/2018	Mensal	02/01/2018	01/03/2022	Mensal	Outro, especif. no cronograma	46,54	46,54	46,54	11,64	-	-	151,27
PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO - 19/09/2017	-	55,47	203,4	258,88	Sim	19/09/2017	Não há	Diversos	-	31/01/2018	Mensal	31/01/2018	31/08/2022	Mensal	Outro, especif. no cronograma	67,79	67,79	67,79	45,19	-	-	248,56
Estado	-	444,66	3.297,84	3.742,50					-							-	-	-	-	-	-	-
PARCELAMENTO ICMS E14-010-000.817/2014	-	444,66	3.297,84	3.742,50	Sim	26/09/2014	Não há	Diversos	-	-	Mensal	-	-	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-

Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	166,2	980,65	2.198,12	3.344,97																				-
Renegociação 01 (AMPLA)	166,2	980,65	2.198,12	3.344,97	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-																				-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-																				-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	353,14	2.252,63	9.916,43	12.522,20	-	-	-	-	1,71	-	-	-	-	-	-	-	436,08	114,33	114,33	56,83	-	-	-	721,57
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-																				-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	186,94	543,45	247,86	978,25	-	-	-	-	1,71	-	-	-	-	-	-	-	263,62	-	-	-	-	-	-	263,62
Tributária	-	586,59	3.735,22	4.321,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Intra-setoriais	166,2	980,65	2.198,12	3.344,97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos
Ativos Financeiros
– R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequencia Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
																2017	2018	2019	2020	2021	2022+	
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	-	2,66	-	2,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	353,14	5.370,83	6.181,21	11.905,17	6.900,09
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	186,94	543,45	247,86	978,25	1.641,89
Tributária	-	586,59	3.735,22	4.321,81	3.953,01
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	166,20	980,65	2.198,12	3.344,97	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	3.260,14	-	3.260,14	1.305,19
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(2,66)	-	(2,66)	(2,66)
Alta Liquidez	-	(2,66)	-	(2,66)	(2,66)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	353,14	5.368,17	6.181,21	11.902,52	6.897,43

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERES não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2016 e 2017.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	52,45	29,97	-	-	-	5,50	87,91
Constituição	-	3,93	-	-	-	-	3,93
Baixas/reversão	-	(0,06)	-	-	-	-	(0,06)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	52,45	33,84	-	-	-	5,50	91,78

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de

energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	11,81%	(908,11)	-	-	(908,11)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,01%	(58,07)	-	-	(58,07)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,92%	(782,04)	-	-	(782,04)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,88%	(68,00)	-	-	(68,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	(131,54)	-	-	(131,54)
Ultrapassagem de demanda	-	(113,17)	-	-	(113,17)
Excedente de reativos	-	(18,37)	-	-	(18,37)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	43,37	-	-	43,37

Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		6,56	-	-	6,56
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		27,29	-	-	27,29
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		9,52	-	-	9,52
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	0,43	-	-	0,43
Ultrapassagem de demanda	-	0,37	-	-	0,37
Excedente de reativos	-	0,06	-	-	0,06
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(995,85)	-	-	(995,85)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em serviço	(256,61)	(675,72)	-	24,22	-	(908,11)	(651,50)	43,37	(864,74)	(231,85)

Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(50,91)	(18,41)	-	11,24	-	(58,08)	(7,17)	6,56	(51,52)	(46,41)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(137,70)	(657,31)	-	12,97	-	(782,04)	(644,34)	27,29	(754,75)	(124,29)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	-	-	-	-	(68,00)	-	9,52	(58,48)	(61,15)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(131,54)	-	-	-	(131,54)	(131,54)	0,43	(131,11)	-
Ultrapassagem de demanda	-	(113,17)	-	-	-	(113,17)	(113,17)	0,37	(112,80)	-
Excedente de reativos	-	(18,37)	-	-	-	(18,37)	(18,37)	0,06	(18,31)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(256,61)	(807,26)	-	24,22	-	(1.039,65)	(783,04)	43,80	(995,85)	(231,85)

	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortiz ação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Obrigações Especiais - R\$ Mil										
Em Curso	(0,70)	(657,45)	-	658,05	-	(0,10)	0,60	-	(0,10)	(0,70)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(0,40)	(6,56)	-	6,96	-	-	0,40	-	0,00	(0,40)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(644,33)	-	644,33	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(0,30)	(6,56)	-	6,76	-	(0,10)	0,20	-	(0,10)	(0,30)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(117,05)	(48,70)	-	131,54	-	(34,21)	82,84	-	(34,21)	(117,05)

Ultrapassagem de demanda	(99,34)	(45,09)	-	113,17	-	(31,26)	68,08	-	(31,26)	(99,34)
Excedente de reativos	(17,71)	(3,61)	-	18,37	-	(2,95)	14,76	-	(2,95)	(17,71)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(117,75)	(706,15)	-	789,59	-	(34,31)	83,44	-	(34,31)	(117,75)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Incorporação de rede Loteamento Bela Vista da Empresa Merisa S/A	633,05
2 - Relocação de Rede com Participação do Consumidor	6,56
3 - Doação de Transformador – Pot. 45KVA, trifásico, nº série 130660 220/127V	2,52
4 - Doação de Transformador - Pot. 30KVA, trifásico 220/127V nº série 29273	2,46
5 - Doação de Transformador - Pot. 30KVA Trifásico 220/127, nº série 07280	2,46
6 - Doação de Transformador - Pot. 45KVA, trifásico 220/127V nº série 29236	2,42
7 - Doação de Transformador - Pot. 25KVA, monofásico 230/115V nº série 7969	2,33
8 - Doação de Transformador - Pot. 15KVA, trifásico nº série 5038 - 220/127V	1,80
9 - Doação de Transformador - Pot. 30KVA, trifásico nº série 29423 -220/127V	1,42
10 - Doação de Transformador - Pot. 30KVA, trifásico nº série 29421 - 220/127V	1,32

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

Obrigações especiais controladas por data de aquisição:

	Valor Bruto em 31/12/2017	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017
Obrigações Especiais - R\$ Mil			
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(58,07)	6,56	(51,51)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(39,86)	6,03	(33,83)
Data de aquisição: 02/12/2016	(11,24)	0,48	(10,76)
Data de aquisição: 31/07/2017	(0,40)	0,01	(0,39)
Data de aquisição: 01/11/2017	(6,56)	0,04	(6,52)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(782,04)	27,28	(123,72)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(129,66)	18,41	(111,25)
Data de aquisição: 31/05/2016	(2,33)	0,15	(2,18)
Data de aquisição: 01/10/2016	(1,42)	0,07	(1,35)
Data de aquisição: 01/12/2016	(4,30)	0,18	(4,12)
Data de aquisição: 01/07/2017	(4,93)	0,11	(4,82)
Data de aquisição: 01/08/2017	(4,94)	0,08	(4,86)
Data de aquisição: 30/09/2017	(633,05)	8,27	(624,78)
Data de aquisição: 01/11/2017	(1,41)	0,01	(1,40)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	9,52	(58,48)

Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(68,00)	9,52	(58,48)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(113,17)	0,37	(112,80)
Data de aquisição: 01/12/2017	(113,17)	0,37	(112,80)
Excedente de reativos	(18,37)	0,06	(18,31)
Data de aquisição: 01/12/2017	(18,37)	0,06	(18,31)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(1.039,65)	43,79	(364,81)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 63,81 mil e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2017		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Walbia Ferreira da Luz	1	0,01%
Magno Lopes Pestana	5	0,04%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	2	0,02%
José Fernando de Faria	1	0,01%
Sub total	15	0,13%
CONSELHO FISCAL 2017		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
José Luiz de Almeida	2	0,02%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Agnaldo Timóteo da Conceição Santana	2	0,02%
Hermes Lima Klug	3	0,03%
Luciano Moreira da Silva	3	0,03%
Denilson Tavares	2	0,02%
Sub Total	16	0,14%
DEMAIS COOPERADOS 2017		
Demais Cooperados Totalizando 2.795 Cotistas	11.769	99,74%
Total geral	11.800	100,00%

Reservas de Capital

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-216,67	-224,55
Total	(216,67)	(224,55)

Reservas de Sobras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva legal	6,38	-
Lucros a realizar	-	-
FATES	523,22	520,03
Reservas Estatutárias	-	-
Total	529,60	520,03

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros Resultados Abrangentes	2.699,51	2996,67
Capital Social	63,81	63,81
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	-292,21
Sobras e Perdas a Disposição da Assembléia	270,89	-109,53
Total do Patrimônio Líquido	3.347,14	2.954,22

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	4.901	4.705	18.468,17	17.995,83	9.709,29	9.133,56
Residencial	4.028	3.843	7.780,57	7.459,40	4.376,05	4.072,01
Industrial	4	4	220,51	176,89	126,80	98,23
Comercial	568	559	7.008,12	6.937,58	3.999,97	3.820,46
Rural	274	273	1.816,52	1.786,22	670,92	636,38
Poder público	17	17	111,56	108,14	64,68	60,78
Iluminação pública	9	8	1.528,30	1.525,11	469,58	444,51
Serviço público	1	1	2,59	2,49	1,29	1,19
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	8.700,63	8.401,87
Consumidores Cativos	-	-	-	-	8.700,63	8.401,87
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-

Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(8.749,33)	(8.436,76)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(45,09)	(26,24)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(3,61)	(8,65)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(8.700,63)	(8.401,87)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(8,42)	(83,08)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	226,49	2.805,43
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(274,49)	(81,98)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	45,05	43,43
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	330,43	315,36
Total	4.901,00	4.705	18.468,17	17.995,83	9.979,65	12.097,83

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	2.941,28	2.675,46
Remuneração	1.778,64	1.672,60
Encargos	816,18	710,90
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	39,39	21,28
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	304,65	269,91
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	2,42	0,77
Administradores	671,02	663,50
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	669,58	659,66
Benefícios dos administradores	1,44	3,84
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	3.612,30	3.338,96

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

2017 2016

Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	63,79	(626,29)
Ajustes Efeitos IFRS	(216,67)	2.099,20
Lucro Ajustado	(152,88)	1.472,91
Ajustes Lalur	(114,16)	(1.286,24)
Base de Calculo Fiscal	(267,04)	186,67
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	(44,80)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(44,80)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

Para realização do processo da Segunda Revisão Tarifária Periódica (RTP) das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a Aneel levou em consideração a necessidade de aprimoramento do modelo estabelecido e utilizado no primeiro ciclo de 2012, conforme o módulo 8 do Proret – Procedimento de Regulação Tarifária.

Para isso, em 20/10/2015, foi aberta a Audiência Pública nº 062/2015 para recebimento de contribuições acerca de propostas de alterações tendo como referência, dentre outros objetivos, a simplificação da metodologia e a possibilidade de opção para que os agentes aderissem ao novo procedimento, ou permanecesse no modelo de 2012.

Para acomodar o processo transitório entre o término da nova modelagem e o início das datas de aniversário dos reajustes tarifários das permissionárias, a Aneel promoveu a prorrogação das tarifas vigentes, e no caso da Ceres foi feito através da Resolução Homologatória nº 2.024, de 15/03/2016, até que fosse realizado seu processamento em definitivo.

Na conclusão da Audiência Pública nº 062/2015, houve a publicação da Resolução Normativa nº 704 de 23/03/2016 aprovando os ajustes dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 que tratam das regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias, bem como acrescentou o Submódulo denominado de 8.4, e ainda, a minuta do termo aditivo ao contrato de permissão que teve o prazo de 120 dias para definição e a respectiva assinatura dos agentes envolvidos.

Assim, a Ceres com data do processo tarifário programado para acontecer no curso do prazo dos 120 dias, teve mantida suas tarifas que estavam vigentes desde 2015, e nesse prazo, também pudesse avaliar optar por assinar o novo termo aditivo ou permanecer nas metodologias dos submódulos 8.1 e 8.2.

Conforme as avaliações internas da empresa e orientações de consultoria especializada, a nova regra (Proret 8.4) traria maior liberdade para propor uma receita de Parcela B (cobertura de custos operacionais, investimentos e reservas), além de eliminar um passivo regulatório relevante originário do primeiro ciclo de revisão, e que deixaria de ser compensado nos processos subsequentes. Neste contexto, a CERES optou por celebrar o termo aditivo, aderindo ao novo modelo metodológico (submódulo 8.4) em 14/07/2016.

Com isso, além da nova metodologia para se propor os valores de receita requerida na composição da Parcela B, houve também o aceite da alteração da data para o reajuste e revisão tarifária contratual subsequentes de 22/03 para 29/04.

No entendimento e avaliação geral da Aneel, considerando as novas condições do termo aditivo, as permissionárias que fizessem a adesão, aceitariam que as tarifas vigentes estavam condizentes para sustentar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão, e assim decidiu através da Resolução Homologatória nº 2.134, de 30/08/2016, por prorrogar a vigência da Resolução Homologatória nº 2.024, citada anteriormente, até a data do próximo reajuste tarifário em 28/04/2017.

Apesar disso, a Ceres em função de necessidade específica visando melhorar sua condição financeira, fez o encaminhamento de pleito da segunda revisão tarifária, nos moldes da nova metodologia do Proret 8.4, através do ofício nº 070 de 14/09/2016, com expectativa de alteração nas tarifas com percentual positivo da ordem de 21%, ao qual não foi atendida.

Desta forma, com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.228 de 25 de abril de 2017, a Aneel tornou definitivas as tarifas anteriormente prorrogadas e concluiu o processo da Segunda Revisão Periódica que estava pendente desde 2 de Março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

A Aneel, através da Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, consolidou o cálculo do reajuste de 2017 da Ceres de acordo com a cronologia regular do processo, mas por motivo de débitos pendentes, comprovado pelo respectivo Certificado de Adimplemento das obrigações setoriais, oriundo de faturas de suprimento, em 25/04/2017 a Diretoria decidiu suspender o processamento do Reajuste Tarifário Anual – RTA 2017 da Ceres.

A causa principal do inadimplemento pode ser atribuída ao atraso ocorrido no aperfeiçoamento dos procedimentos para o Proret da Segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP (Audiência Pública nº 62/2015), aprovado pela Resolução Normativa 704 e a opção de adesão ao termo aditivo contratual até 14 de junho de 2016, que introduziu o novo submódulo 8.4 – Reajuste e Revisão Tarifária

Periódica, ao qual a Ceres considerou como uma oportunidade e a perspectiva de melhoria para os recursos da Parcela B (Custos Operacionais, Investimentos e Reservas) ainda em 2016, mas pelos encaminhamentos da Aneel, seus efeitos ficaram para serem aplicados a partir do reajuste tarifário de 29/04/2017.

Apesar dos esforços da administração para a redução de custos operacionais ter sido positiva em grande parte, no sentido de buscar o enquadramento financeiro dessa permissionária às condições extremamente rígidas impostas pela modelagem do Procedimento de Regulação Tarifária – Proret da primeira revisão de 2012, não foram logrados êxitos suficientes para manter a adimplência setorial, culminando em suspensão e aplicação com atraso do reajuste tarifário em 2017.

Com isso, foi prorrogada a vigência das tarifas de aplicação constantes da Resolução Homologatória nº 2.024/2016, e a liberação do reajuste ocorreu somente após longa negociação e superação dos entraves sobre os débitos de faturas junto a concessionária supridora, culminando com a aprovação da Aneel publicada em 22/12/2017, através da Resolução Homologatória nº 2.360/2017.

Desta forma, tendo como referência a Resolução Normativa 704/2016, que aprovou a nova metodologia do Proret 8.4 sobre o Reajuste e Revisão de Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, foi calculado o Reajuste Tarifário Anual da CERES.

O resultado desse cálculo conduziu ao efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 30,9%, sendo 37,3%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 30,5%, em média, para os conectados na baixa tensão.

O efeito médio de 30,9% foi em função do reajuste dos itens de custos das Parcelas A (Suprimento e Encargos Setoriais) e Parcela B (Custos Operacionais, Investimentos e Reservas), mais a inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, bem como da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

A atualização dos custos da Parcela A (Suprimento e Encargos Setoriais) teve aumento de 50,4%, tendo como maior representatividade a retirada de 50% dos descontos originários do contrato de permissão, base 2016 e 2017, envolvendo os componentes de Tarifa de Energia TE e de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, conforme previsto nos Decretos nº 4.541 de 23 de dezembro de 2002 e nº 6.160 de 20 de julho de 2007, determinando a redução gradual desses descontos a partir do segundo ciclo de revisão tarifária das permissionárias. Apesar da Lei nº 13.360 de 17 de novembro de 2016, estabelecer uma nova metodologia de retirada de descontos, a falta de regulamentação desta no momento dos cálculos do reajuste em processamento, impediu seu cumprimento e, assim, o entendimento foi manter a regra vigente

Com isso, os descontos nas tarifas de suprimento da Ceres originários do contrato de permissão que era de 87,5% na TE e de 96,5% na TUSD, neste processo passaram para 43,7% e 48,2% respectivamente.

Com o percentual de evolução de 29,4% na variação de custos da Parcela B (Operacionais/ Investimento/ Reservas), irá contribuir de forma relevante e importante, a partir da aplicação desse processo tarifário, para o restabelecimento gradativo do equilíbrio financeiro do caixa da empresa.

Em relação à atualização dos componentes financeiros apurados no atual reajuste que são compostos basicamente pelo ajuste de variação dos encargos setoriais e pelos tributos (ICMS, Pis e

Cofins) pagos no período de referência tarifária, para serem recuperados nos 12 meses subsequentes, esses contribuíram com 1,63%. Já o efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo anterior representou redução de -7,60% no atual reajuste.

Cabe ressaltar que apesar do pleito da Ceres ter sido elaborado para que a Aneel considerasse nos componentes financeiros, a recuperação de tributos (ICMS, Pis e Cofins) pagos desde março de 2015, em função da característica legal desses custos, o entendimento não foi acatado.

Outro aspecto importante sobre o RTA – 2017, também constante do pleito e não atendido pelo Órgão Regulador, refere-se ao critério de recomposição de valores pagos e a forma que são considerados nos processos os componentes de Itens Financeiros relativos aos tributos, ou seja, primeiro se faz o desembolso e apenas se recupera o valor no processo tarifário do período seguinte. Nosso pleito específico conforme ofício nº 57/2017 de 31/03/2017, foi no sentido de que os valores desses tributos (ICMS, Pis e Cofins) fossem considerados realmente como previstos para influenciar o caixa corrente. No critério atual da Aneel a Ceres tem que utilizar parte importante de recursos da Parcela B, da ordem de 15%, para continuar bancando esses tributos que são oriundos de custos de Parcela A (Suprimento).

Por fim, com a adesão ao aditivo contratual do Proret submódulo 8.4, o passivo regulatório relevante originário do primeiro ciclo de revisão de 2012, foi extinto e deixou de ser compensado nos processos subsequentes, favorecendo sobremaneira a Ceres, uma vez que o saldo remanescente constante do Art. nº 11 da Resolução Homologatória nº 1.946 de 01 de Setembro de 2015, referenciado pela apuração de diferença de receita no valor expressivo de março/15 de R\$ 1.963.538,92.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, deixamos de apresentar o preenchimento do quadro abaixo relativos ao cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração no exercício de 2017.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	-
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	-
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	-
(6) Depreciação Acumulada	-
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	-
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	-
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	-
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-

21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	(0,00)

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos

investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos,

e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, deixamos de apresentar o preenchimento do quadro abaixo relativos ao CAIMI no exercício de 2017.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	-
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	-
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	-
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	-
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	-
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	-
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	-
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	-

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras no CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	3.246,15	3.083,80	4.637,06	-16,50%	401,98%	39,60%
1.1. Encargos Setoriais	1.146,46	1.152,12	654,16	-0,71%	48,53%	5,59%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	19,81	19,73	34,45	(0,00)	74,59%	0,29%
CDE	941,97	940,49	483,49	(0,00)	-48,59%	4,13%
PROINFA	111,35	111,17	136,22	(0,00)	22,52%	1,16%
P&D (Eficiência Energética)	73,33	80,72	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.518,04	1.394,55	1.642,98	-8,13%	17,81%	14,03%

Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.518,04	1.394,55	1.642,98	-8,13%	17,81%	14,03%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	581,64	537,12	2.339,93	-7,65%	335,64%	19,98%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	581,64	537,12	2.339,93	-7,65%	335,64%	19,98%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	5.314,63	5.467,93	7.073,74	2,88%	29,37%	60,40%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	5.314,63	5.467,93	7.073,74	2,88%	29,37%	60,40%
3. Reposicionamento Econômico	25,38	-	36,94	-	-	-
4. Componentes Financeiros	(2,84)	-	1,63	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	22,54	-	38,57	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	(10,76)	-	(2,84)	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	34,87	-	30,97	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		4.185,48	-	4.185,48	3.179,08	-	3.179,08
Caixa e equivalentes de caixa		2,66	-	2,66	6,25	-	6,25
Consumidores	14.1	1.451,18	-	1.451,18	1.166,31	-	1.166,31
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		0,30	-	0,30	0,49	-	0,49
Tributos compensáveis		121,04	-	121,04	120,82	-	120,82
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	455,03	-	455,03
Almoxarifado operacional		99,82	-	99,82	101,72	-	101,72
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	1.199,76	-	1.199,76	984,79	-	984,79
Despesas pagas antecipadamente		18,60	-	18,60	20,82	-	20,82
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.292,12	-	1.292,12	322,85	-	322,85
Ativo não circulante		12.498,44	(2.699,51)	9.798,93	11.893,25	(2.996,67)	8.896,58
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		139,60	-	139,60	138,10	-	138,10

Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		1,58	-	1,58	7,91	-	7,91
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		3.268,41	2.650,21	5.918,62	3.303,77	1.936,69	5.240,46
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		0,35	-	0,35	0,26	-	0,26
Imobilizado	14.4	9.059,92	(8.613,20)	446,72	8.396,41	(7.905,91)	490,50
Intangível	14.5	28,58	3.263,48	3.292,06	46,80	2.972,55	3.019,35
Total do ativo		16.683,92	(2.699,51)	13.984,41	15.072,33	(2.996,67)	12.075,66

Passivo							
Passivo circulante		5.581,08	-	5.581,08	6.901,38	-	6.901,38
Fornecedores		1.699,03	-	1.699,03	2.942,25	-	2.942,25
Empréstimos, financiamentos e debêntures		730,39	-	730,39	780,87	-	780,87
Obrigações sociais e trabalhistas		857,36	-	857,36	792,32	-	792,32
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		631,54	-	631,54	556,18	-	556,18
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		361,03	-	361,03	260,23	-	260,23
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-

Passivos financeiros setoriais	14.1	532,00		532,00	858,42		858,42
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		769,72	-	769,72	711,11	-	711,11
Passivo não circulante		7.755,69	-	7.755,69	5.216,73	-	5.216,73
Fornecedores		2.199,71	-	2.199,71	7,91	-	7,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures		247,86	-	247,86	861,04	-	861,04
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		3.735,22	-	3.735,22	3.459,30	-	3.459,30
Provisão para litígios		91,78	-	91,78	87,91	-	87,91
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-		-			-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		450,96	-	450,96	450,96	-	450,96
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.030,16	-	1.030,16	349,61	-	349,61
Total do passivo		13.336,78	-	13.336,78	12.118,11	-	12.118,11
Patrimônio líquido							
Capital social		63,81	-	63,81	63,81	-	63,81

Reservas de capital		(216,67)	216,67	-	(224,55)	224,55	-
Outros resultados abrangentes		2.699,51	(2.699,51)	-	2.996,67	(2.996,67)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	(292,21)		(292,21)
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		529,60	-	529,60	520,03	-	520,03
Sobras à disposição da Assembleia		270,89	(216,67)	54,22	(109,53)	(224,55)	(334,08)
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		3.347,15	(2.699,51)	647,64	2.954,22	(2.996,67)	(42,45)
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.683,92	(2.699,51)	13.984,41	15.072,33	(2.996,67)	12.075,66

	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		9.996,49	14,40	10.010,89	12.097,83	(158,76)	11.939,07
Fornecimento de energia elétrica		968,38	-	968,38	613,72	-	613,72
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		8.700,63	-	8.700,63	8.401,87	-	8.401,87

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(274,49)	-	(274,49)	(81,98)	-	(81,98)
Serviços cobráveis		45,05	-	45,05	43,43	-	43,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		330,43		330,43	315,36		315,36
Outras receitas vinculadas		226,49	14,40	240,89	2.805,43	(158,76)	2.646,67
Tributos		(106,23)	-	(106,23)	(86,94)	-	(86,94)
ICMS		-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(18,86)	-	(18,86)	(15,42)	-	(15,42)
Cofins		(87,37)	-	(87,37)	(71,52)	-	(71,52)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.000,94)	-	(1.000,94)	(1.027,40)	-	(1.027,40)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(11,94)	-	(11,94)	(42,44)	-	(42,44)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(543,50)	-	(543,50)	(733,12)	-	(733,12)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(14,45)	-	(14,45)	(42,44)	-	(42,44)
Taxa de fiscalização		(28,59)	-	(28,59)	(28,06)	-	(28,06)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(402,46)	-	(402,46)	(181,34)	-	(181,34)
Receita líquida / Ingresso líquido		8.889,31	14,40	8.903,71	10.983,49	(158,76)	10.824,73
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.277,83)	-	(2.277,83)	(2.879,47)	-	(2.879,47)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.132,53)	-	(2.132,53)	(2.737,32)	-	(2.737,32)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(145,30)	-	(145,30)	(142,15)	-	(142,15)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-

Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Combustíveis							
Resultado antes dos custos gerenciáveis		6.611,48	14,40	6.625,88	8.104,02	(158,76)	7.945,26
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(5.716,23)	202,26	(5.513,97)	(5.237,71)	(1.895,64)	(7.133,35)
Pessoal e administradores (inclui 671,02 de remuneração a administradores)		(3.607,47)	-	(3.607,47)	(3.338,95)	-	(3.338,95)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(341,94)	-	(341,94)	(285,66)	-	(285,66)
Serviços de terceiros		(635,61)	-	(635,61)	(783,52)	-	(783,52)
Arrendamento e aluguéis		(228,14)	-	(228,14)	(143,50)	-	(143,50)
Seguros		(0,71)	-	(0,71)	(4,11)	-	(4,11)
Doações, contribuições e subvenções		(18,51)	-	(18,51)	(11,17)	-	(11,17)
Provisões		9,77	-	9,77	(99,51)	-	(99,51)
Recuperação de despesas		56,33	-	56,33	154,50	-	154,50
Tributos		(23,48)	-	(23,48)	(20,08)	-	(20,08)
Depreciação e amortização		(499,30)	216,67	(282,63)	(500,69)	224,55	(276,14)
Gastos diversos da atividade vinculada		(245,92)	(14,40)	(260,33)	(171,31)	(2.120,19)	(2.291,50)
Outras Receitas Operacionais		14,85	-	14,85	207,77	-	207,77
Outras Gastos Operacionais		(196,09)	-	(196,09)	(241,48)	-	(241,48)
Resultado da Atividade		895,25	216,67	1.111,91	2.866,31	(2.054,40)	811,91
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(1.048,12)	-	(1.048,12)	(1.393,40)	-	(1.393,40)
Despesas financeiras		(1.279,34)	-	(1.279,34)	(1.520,78)	-	(1.520,78)
Receitas financeiras		231,22	-	231,22	127,38	-	127,38
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(152,88)	216,67	63,79	1.472,91	(2.054,40)	(581,49)

Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	(44,80)	-	(44,80)
Resultado líquido das operações em continuidade		(152,88)	216,67	63,79	1.428,11	(2.054,40)	(626,29)
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		(152,88)	216,67	63,79	1.428,11	(2.054,40)	(626,29)
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(2,40)	3,40	1,00	22,38	(32,19)	(9,81)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2017	2016
Saldos no final do exercício (societário)	647,64	(42,44)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	2.699,51	2.996,67
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	2.699,51	2.996,67
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		-
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	(216,67)	(224,55)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	216,67	224,55
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	3.347,15	2.954,23

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

O lucro ou prejuízos acumulados, bem como as sobras/perdas a disposição da Assembleia referem-se a ajustes entre societário x regulatório no exercício de 2016.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	63,79	(626,29)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(216,67)	2.054,40

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	2.278,95
Reavaliação regulatória compulsória		-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(216,67)	(224,55)
Anulação Não Operacional		-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária		-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	(152,87)	1.428,11

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2016 e 2017, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.


MOISÉS ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador CRC – RJ094000/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA – CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise e discussão sobre as contas referentes ao ano de 2017 levando em consideração o parecer favorável dos auditores independentes LAM AUDITORES INDEPENDENTES, relativo às Demonstrações Contábeis, opina, por unanimidade, pela aprovação das contas.

Resende, 28 de março de 2018.



JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA

AGNALDO TIMÓTEO DA CONCEIÇÃO SANTANA



JORGE VIEIRA CORREA

HERMES LIMA KLUG



LUCIANO MOREIRA DA SILVA



DENILSON TAVARES

**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES
(REGULATÓRIO)**

SEÇÃO VI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Os controles analíticos do Capital Social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 63.812,00, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do Capital Social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre o saldo do Capital Social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

A cooperativa possui perdas operacionais (resultado negativo) de exercícios anteriores, no montante de R\$ 3.184.907,58, classificados no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Resultado Negativo do Exercício e Negativo de Exercícios Anteriores

Sobre o resultado, chamamos atenção para o valor das perdas apuradas no exercício no montante de R\$ 152.874,97. Perdas de exercícios anteriores não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras regulatórias da CERES em 31 de dezembro de 2016, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 30 de março de 2017.

A cooperativa obteve a “Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa” ICMS, da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro emitida em 16 de fevereiro de 2018 referente ao pedido nº 14601/2018, que no período de 1977 até 14/02/2018 “não consta débito inscrito”. Os lançamentos contábeis oriundos deste documento e demais fornecidos, deverão ter efeitos na competência de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de março de 2018.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" RJ